

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 23/2024**

PLATAFORMA O QUAL SERÁ REALIZADO: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>  
(Portal de Compras Públicas).

PRAZO LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS/DOCUMENTOS: **27/05/2024 até as 9hs00.**

DATA DA SESSÃO: **Início no 27/05/2024 a partir das 9hs00 (horário de Brasília)**

**Licitação ampla participação - Modo de disputa: Aberto - Critério de julgamento: Menor preço global do lote.**

**1. PREÂMBULO**

1.1. O Município de Sandovalina – SP ATRAVÉS DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, Marcos Mendes da Silva, **TORNA PÚBLICO QUE, ENCONTRA-SE ABERTA NESTA UNIDADE, LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Eletrônico, do tipo “Menor Preço por Lote”, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, PAINÉIS DE LED, PALCO, TENDAS, GRADIS, FECHAMENTOS E BANHEIROS QUÍMICOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES NOS EVENTOS E FESTIVIDADES PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE SANDOVALINA – SP, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS, que será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Complementar nº 123/06 com suas posteriores alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.**

1.2. As propostas/documentos deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório, e seus anexos, e deverão ser encaminhadas, por meio eletrônico, através do endereço <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, **até às 9hs00 do dia 27/05/2024**, após o término do horário estabelecido não será mais aceito o envio de propostas/documentos. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório.

1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

1.4. O cadastro no Sistema será efetuado no endereço <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> na opção SOLICITAR CHAVE DE ACESSO, no canto direito da tela. Após encaminhar a solicitação, será enviado por e-mail a Chave de identificação e a Senha. O cadastro será feito apenas uma vez. Em seguida, fará no próprio sistema o credenciamento.

1.5. O Município de Sandovalina está isento de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, ficando a cargo do(a) licitante os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante / PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS (PCP)) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.

1.6. O Edital em seu inteiro teor poderá ser obtido pelos interessados junto ao setor de Licitações, à Avenida Prefeito João Borges Frias, nº. 435, na cidade de Sandovalina, Estado de São Paulo, no horário comercial, das 8hs00 às 11hs00 e das 13hs00 às 17hs00, ou pelo site [www.sandovalina.sp.gov.br](http://www.sandovalina.sp.gov.br) ou ainda poderá ser solicitado na íntegra, pelo endereço eletrônico [sandovalina.licitacao@gmail.com](mailto:sandovalina.licitacao@gmail.com), sem qualquer custo para o licitante, ou ainda no endereço <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

## 2. OBJETO:

2.1. O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, PAINÉIS DE LED, PALCO, TENDAS, GRADIS, FECHAMENTOS E BANHEIROS QUÍMICOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES NOS EVENTOS E FESTIVIDADES PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE SANDOVALINA – SP, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.

2.2. Os documentos que integram o presente **EDITAL** estão dispostos em 11 (onze) anexos, a saber:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**

**ANEXO II – MINUTA DE CREDENCIAMENTO;**

**ANEXO III - MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP;**

**ANEXO IV – MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;**

**ANEXO V – MINUTA DE DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DO ART. 7º DA CF;**

**ANEXO VI – MINUTA DE DECLARAÇÃO INDICANDO O RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO;**

**ANEXO VII - MINUTA DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EM SUBSTITUIÇÃO A DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA;**

**ANEXO VIII - MINUTA DE DECLARAÇÃO RELATIVA À PROPOSTA ECONÔMICA, EM CONFORMIDADE COM ART. 63 § 1º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21**

**ANEXO IX - MINUTA DE DECLARAÇÃO RELATIVA À RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, EM CONFORMIDADE COM ART. 63, INCISO IV DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21;**

**ANEXO X – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS; E,**

**ANEXO XI – MINUTA DE CONTRATO.**

2.3. Muito embora os documentos estejam agrupados em **ANEXOS** separados, todos eles se completam, sendo que a proponente, para a apresentação da **PROPOSTA** e **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, bem como dos demais **DOCUMENTOS** exigidos, deverá inteirar-se do **EDITAL** na sua composição integral, tomando conhecimento das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento do certame e a execução **CONTRATUAL**.

2.4. Os preços registrados ficarão vigentes por 12 (doze) meses com a prestação dos serviços a serem efetuados mediante requisição emitida pela Administração em conformidade às datas, locais e horários indicados pelo Município no cronograma de atividades e festividades anexo a este instrumento.

2.5. Nos termos da legislação vigente, em especial art. 48, III da Lei complementar 123/06 alterada pela Lei completar 147/14 foi estabelecida uma cota de até 25% do objeto deste certame reservada a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, representados pelos **Lotes 6, 7, 9, 19, 21 e 22**, do objeto, descritos no **ANEXO I**.

2.6. Caso não compareçam no mínimo 03 (três) licitantes enquadrados como ME/EPP ou MEI, ou 03 (três) propostas válidas para participação na cota de até 25% reservada conforme item 2.5, os Lotes serão abertos à ampla disputa, nos termos do art. 49, II da lei 123/06 e poderão ser adjudicados ao vencedor da cota principal, desde que:

- a) Que a empresa mais bem classificada para cota Principal tenha registrado proposta para cota Reservada, comprometendo-se a registrar o menor preço dentre aqueles propostos para as referidas cotas.
- b) Se a mesma empresa vencer os itens da Cota Reservada e itens da Cota Principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela empresa;

2.7. Diante de sua recusa do vencedor da cota principal em adjudicar a cota reservada, esta poderá ser adjudicada aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado e que tenham registrado proposta para itens da cota Reservada.

2.8. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, manifestará interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

### **3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO PREGÃO:**

3.1. O critério de julgamento deste **PREGÃO** é o de **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE.**

### **3.2. DO CREDENCIAMENTO:**

3.2.1. As empresas licitantes interessadas em participar do certame deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

3.2.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

3.2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal, única e exclusiva do licitante ou de seu representante legal, e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2.4. Maiores informações sobre o credenciamento deverão ser obtidas diretamente pelo site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) ou pelo telefone: (18) 3277-1121 / 3277-1122. Como apoio, o contato da Seção de Licitação, ou e-mail: [sandovalina.licitacao@gmail.com](mailto:sandovalina.licitacao@gmail.com).

3.2.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Comissão de Pregão, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.2.7. Para os esclarecimentos e dúvidas referentes à plataforma a ser utilizada neste certame, entrar em contato, exclusivamente, pelo site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Esse suporte estará disponível apenas em dias úteis e horários comerciais.

3.2.8. Para os esclarecimentos e dúvidas referentes ao processo licitatório, entrar em contato, exclusivamente, pelo telefone: 18) 3277-1121 / 3277-1122. Como apoio, o contato da Seção de Licitação, ou e-mail: [sandovalina.licitacao@gmail.com](mailto:sandovalina.licitacao@gmail.com). Esse suporte estará disponível apenas em dias úteis e horários comerciais.

### **4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

4.1. As despesas decorrentes da presente aquisição onerarão os recursos orçamentários:

02. PREFEITURA MUNICIPAL  
02.01. CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.01.01. GABINETE DO PREFEITO  
3.3.90.39.23.00.00. FESTIVIDADES E HOMENAGENS  
1. TESOURO

## **5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:**

5.1. Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas que atendam a todas as exigências deste Edital e seus Anexos e tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

5.2. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.2.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.2.2. que **CUMPRE OS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO** definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.2.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.2.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.5. que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público.

5.3. A falsidade das declarações prestadas exigidas acima caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

## **5.4. É vedada a participação de interessados:**

5.4.1. que estejam reunidas em consórcio<sup>1</sup>.

5.4.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.4.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

---

<sup>1</sup> Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão Eletrônico em tela.

(...) Nesse sentido, estou de acordo com as conclusões obtidas pela Unidade Técnica no exame pontual de todas as alegações contidas na representação, as quais resultaram improcedentes, tendo em vista, basicamente, que:

(...) b) nem sempre a participação de empresas em consórcio implica incremento de competitividade (associação de pequenas empresas para participação em conjunto), podendo vir a constituir, ao contrário, limitação a concorrência (diminuição do número de empresas de porte interessadas por integrarem um mesmo consórcio);” Acórdão 280/2010 Plenário- TCU (Voto do Ministro Relator).

5.4.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.4.5. empresas com falência decretada ou concordatária;

5.4.5.1. Poderá ser apresentada certidão positiva de recuperação judicial, hipótese em que necessário se faz que a interessada demonstre seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos no edital (Vide Súmula 50 do TCE-SP);

5.4.6. que tenham sido declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito para licitar ou contratar com a Administração Pública;

## **6. FORMA DE CREDENCIAMENTO, APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para início da Sessão de Disputa de Preços, pelo [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), quando então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até o prazo máximo de envio das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lance, de habilitação, dos licitantes mais bem classificados.

6.8. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições / emissões não ultrapassem a 90 (noventa) dias da data final para a entrega do envelope documentação.

## **7. DO PREENCHIMENTO E CONTEÚDO DA PROPOSTA:**

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema - utilizando sua chave de acesso e senha - concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, sua proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para envio das propostas pela plataforma, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

7.2.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.3. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações aqui contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7.5. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

7.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.6.1. Valor unitário e total do item;

7.6.2. Marca, se for o caso;

7.6.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.7. E-mail para fins de comunicação com o proponente;

7.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.8.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.8.2. Todas as despesas com frete, tributos, seguros e todos os demais encargos necessários ao fornecimento do objeto licitado, incluídos os trabalhistas e sociais, de acordo com a Súmula 10 do TCE-SP, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrente de: marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

7.8.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.8.4. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta dias).

7.8.5. Até o prazo final de envio das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir sua proposta.

7.8.6. A proposta de preços não poderá conter alternativas (exemplo: duas marcas, etc) para cada item cotado, sob pena de desclassificação da empresa.

**Nota 1:** nos preços propostos estarão previstos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do **PREGÃO**, envolvendo, entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, frete, manutenção preventiva e corretiva, peças de reposição e produtos, inclusive aquelas decorrentes da intensidade do uso, garantindo-se este durante toda a vigência da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** ou do **CONTRATO** dela proveniente, exceto quando aos preços nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro previsto na legislação incidental.

**Nota 2:** A apresentação da proposta implica nos seguintes reconhecimentos:

- a) que o Termo de Referência constante do Anexo I contém os dados necessários e suficientes para a plena caracterização do objeto;
- b) que tem pleno conhecimento das informações contidas neste edital e seus anexos, dos locais de execução do objeto, dos projetos e especificações técnicas;
- c) que reconhece o prazo de validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da sua apresentação.
- d) Que nos preços estão inclusas todas as despesas, mobilizações ou locações de bens móveis e imóveis, de manutenção e operação das instalações da sede, do aterro, da disposição final dos resíduos, da mão-de-obra, do aparato envolvido, inclusive as de consumo de combustíveis, óleos lubrificante, desinfetantes, transporte, escritório, expediente, fornecimento de mão-de-obra, materiais, equipamentos necessários, energia elétrica, telefone, abastecimento de água, encargos de leis sociais, custos de programas e atividades relativos à segurança do trabalho, seguros e quaisquer outras despesas acessórias não especificadas neste edital, relativas aos trabalhos objeto desta licitação.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 20,00 (vinte reais).**

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto,” seguindo o procedimento disciplinado no Decreto 10.024/2019, sobretudo o artigo 32 e seus parágrafos.

8.10. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **(10) dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.12. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no que trata o item 8.11, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.13. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, no que trata o item 8.11, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.14. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 8.12 e 8.13, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.



8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.**

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.24.1. no país;

8.24.2. por empresas brasileiras;

8.24.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.24.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação; empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.25. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.26.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.26.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, envie a proposta readequada do objeto, ao último lance ofertado após a negociação realizada, cujo prazo será estipulado pelo pregoeiro, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.28. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço de referência, conforme pesquisa de preços realizada pelo setor competente deste órgão licitante.

#### **9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:**

9.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao valor de referência resultado da pesquisa de mercado anexada aos autos ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA**, e a ocorrência será registrada em ata.

9.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar **DOCUMENTO DIGITAL COMPLEMENTAR**, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo a ser estipulado, sob pena de **não** aceitação da proposta.

9.5. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.9. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10. DA INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS E CRITÉRIOS PARA COMPROVAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE**

10.1. Havendo indícios de inexecuibilidade da proposta de preços, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos produtos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto, deverá o Pregoeiro conduzir à formulação de diligências, na forma do inciso IV, § 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133/21, com objetivo de ter um razoável grau de certeza quanto à capacidade da licitante em honrar seus compromissos.

10.2. O licitante que apresentar proposta conforme subitem anterior; terá assegurado prazo de 03 dias úteis para comprovação, **de modo objetivo, dos custos em que incorrerá para executar a sua proposta, seguindo os critérios abaixo, podendo, no entanto, se assim o desejar, apresentar outras** justificativas que evidenciem de forma contundente a possibilidade de execução de sua oferta, devendo comprovar as exigências abaixo descritas:

- a) Que sua proposta de preços se mostra semelhante aos valores praticados no mercado, inclusive pelas empresas concorrentes, juntando tabelas de preços de valores praticados por outras empresas;
- b) Apresentar contratos análogos ao licitado e as respectivas notas fiscais, que **a proponente mantenha ou mantivera recentemente com a Administração ou com a iniciativa privada**, comprovando que estão sendo cumpridos regularmente nos valores praticados;
- c) Comprovar a exequibilidade dos seus preços através de planilha com composição de custos, onde conste todas as etapas de organização do objeto licitado;

- d) **Demonstrar a existência de contrato similar de concorrente seu com** pessoa jurídica de direito público ou privado, confirmando a prática de valores semelhantes no mercado.

10.3. O licitante deverá comprovar as alíneas supracitadas; devendo fornecer, concomitantemente, o **mínimo** conforme segue: **alíneas “a; b e c” ou “b. c e d”**, podendo apresentar todas do subitem 8.2 simultaneamente, se for possível e viável, conforme sua disponibilidade, contudo, será obrigatória a comprovação do mínimo exigido acima.

## **11. DAS DILIGÊNCIAS PARA ANÁLISE DA INEXEQUIBILIDADE:**

11.1. Na formulação de diligências, será verificado se o sujeito efetivamente se encontra em dia com suas obrigações tributárias e previdenciárias;

11.2. Para subsidiar a análise realizada e certificar a veracidade das informações, a área técnica, devidamente nomeada pela Autoridade Superior, poderá fazer **questionamentos junto à proponente** para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecução; e

11.3. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias

## **12. DA HABILITAÇÃO:**

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, e ainda nos seguintes cadastros:

12.1.1. Consulta de Apenados junto ao endereço eletrônico do TCE-SP — Tribunal de Contas do Estado de São Paulo<sup>2</sup>;

12.1.2. Consulta nos bancos de dados que registram sanções relacionadas ao impedimento de participação de empresas em licitações através da ferramenta disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União que permite a consulta consolidada das seguintes certidões: Licitantes Inidôneos (TCU), CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ); CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas ambos do Portal da Transparência<sup>3</sup>, a fim de comprovar que os participantes não estão inseridos na relação de apenados.

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

---

<sup>2</sup> <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apanados>.

<sup>3</sup> <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

12.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.5. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.6. Após análise das propostas e documentações, e antes da declaração do vencedor, caso a Pregoeira verificar que o licitante ostenta algum registro impeditivo, o licitante será excluído do certame.

12.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.8. As microempresas e empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.8.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.9. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

12.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo a ser estipulado pelo pregoeiro, sob pena de inabilitação.

12.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais, não digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.12. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

12.13. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica, se for o caso.

### **13. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

13.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

13.1.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

13.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

#### **13.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

13.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

13.2.2. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.2.3. A prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a seguridade social deverá ser atendida pela apresentação dos seguintes documentos:

13.2.3.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

13.2.4. A prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** deverá ser atendida pela apresentação do seguinte documento:

13.2.4.1. Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado respectivo, ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei.

13.2.5. A prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** deverá ser atendida pela apresentação do seguinte documento:

13.2.6. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela respectiva Prefeitura da sede da licitante;

13.2.7. Certidões devem ser emitidas em **NOME/CNPJ** da empresa, salvo exceções que serão devidamente analisadas.

13.2.8. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

13.2.9. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - **FGTS** ou documento equivalente que comprove a regularidade.

13.2.10. Prova de regularidade relativa à Inexistência de Débitos Trabalhistas:

13.2.10.1. CNDT — Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas.

13.3. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

13.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

13.4.1. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

13.4.2. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dela.

13.4.3. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades na proposta e nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos, ou;
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

13.4.4. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

### **13.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

13.5.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial de empresas ou concordata, expedida com data não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da Proposta, nos termos da Súmula n.º 50 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

13.5.2. Para participação de empresas que estejam em recuperação judicial, deverá a apresentar, o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor. **(SÚMULA Nº 50 TCE-SP).**

### 13.6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.6.1. Nos termos dos art. 67 e da Lei Federal nº 14.133/2021 e do §3º do art. 88, a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita à:

13.6.1.1. **Prova de registro** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CREA/CAU (pessoa física), do responsável técnico (conforme discriminação das atividades profissionais determinadas através da resolução nº 218 de 29/06/1973 – CONFEA, ou pela resolução nº 21 de 05/04/2012 - CAU) indicado pela proponente na alínea “a” ou, conforme o caso, Conselho Federal dos Técnicos Industriais CFT/CRTs pela Lei nº 13.639/20218 e Resolução nº255/2024 com suas posteriores alterações.

13.6.2. O profissional indicado deverá participar e responsabilizar-se pelo objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional detentor do registro equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração, assim como a indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; e,

13.6.3. A comprovação de vínculo com a proponente do profissional técnico exigido na alínea acima deve ser feita através de ficha de registro de funcionário ou contrato social ou contrato de prestação de serviços.

### 13.7. DA VISITA TÉCNICA E SEU ATESTADO.

13.7.1. A visita técnica é facultativa, no entanto, haverá visita técnica aos interessados, com agendamento prévio, durante o horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Sandovalina - SP, até anterior a abertura do certame, em horário de expediente normal.

13.7.2. A visita será realizada pelo engenheiro/arquiteto ou responsável legal da empresa, não sendo admitida qualquer outra pessoa credenciada, tendo seu Atestado de Vistoria emitido pelo Setor requisitante da Administração.

13.7.3. Dispensada de Vistoria Técnica para o certame, declarará o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (**ANEXO VII**).

13.7.4. Não será agendada visita em hipótese alguma após a data limite e não será aceita na data da licitação.

### 13.8. Documentação Complementar

13.8.1. **Declaração** de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Lei nº 9.854/99, conforme **ANEXO V**.

13.8.2. **Declaração** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, **ANEXO VIII**.



13.8.3. **Declaração** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme **ANEXO IX**.

**Obs. 1:** Os documentos emitidos VIA INTERNET serão considerados originais e deverão ter sua autenticidade aferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

13.8.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar Federal nº. 123/06, que queiram usufruir dos benefícios previstos no seu art. 43, juntamente com a documentação fiscal, deverá apresentar:

- a) quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;
  - b) quando não optante pelo SIMPLES nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício-DRE, ou, ainda registro do estatuto ou ato constitutivo na Junta Comercial, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Lei Complementar nº. 123/06. ou ainda, comprovante da Junta Comercial, ou ainda certidão expedida pela Junta Comercial.
- b1) **a participação nas condições previstas nesta alínea, implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no parágrafo quarto, do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123/06.**

**Nota:** as ME's/EPP's, deverão apresentar todos os documentos fiscais, ainda que conste alguma restrição.

13.8.5. Caberá ao Pregoeiro verificar a validade e o alcance dos documentos que REGISTRO CADASTRAL na hipótese do Art. 78, inciso V, da Lei 14.133/21, para fins de substituição, **no todo ou em parte** os exigidos para habilitação.

#### **14. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

14.1. Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentando a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

14.2. A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

14.3. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte(condição válida, também, para pagamento, se for o caso):

14.3.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

14.3.2. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

14.3.3. Se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de **CNPJ da matriz e da filial**, simultaneamente<sup>4</sup>;

14.3.4. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

14.3.5. Somente será possível participarem do presente certame, se Matriz e/ou Filiais estiverem em dia com o fisco.

14.3.6. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, a Pregoeira considerará o licitante inabilitado;

14.3.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:**

15.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo a ser estipulado pelo pregoeiro, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

15.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

15.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

15.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

15.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência e demais especificidades, vinculam a Contratada.

15.2.2. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

15.2.3. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

15.3. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

---

<sup>4</sup> Tanto matriz quanto a filial podem participar de licitação, e uma ou outra pode realizar o fornecimento, haja vista tratar-se da mesma pessoa jurídica, observando, para a regularidade fiscal da empresa que fornecerá o objeto do contrato, a fim de verificar o cumprimento dos requisitos de habilitação, isso porque, matriz e filial são a mesma pessoa jurídica, mas para fins tributários. Conforme Decisão da 1ª Turma do STJ - AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.286.122 - DF (2018/0099913-7). JULGADO: 27/08/2019.

15.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

## **16. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

16.1. Será analisada a proposta da primeira colocada e caso a proposta não seja aceitável; se a amostra for rejeitada ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

16.2. Após a análise das amostras (se houver) e constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

## **17. DO RECURSO**

17.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de habilitação, regularização fiscal, trabalhista e econômica da licitante qualificada, será concedido o prazo de no **MÍNIMO 20 (VINTE) MINUTOS**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, **expressamente de forma motivada**, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

17.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a **existência de motivação da intenção de recorrer**, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

17.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

17.2.2. A falta de manifestação **expressamente de forma motivada** do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

17.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

17.6. O acompanhamento dos resultados, recursos, atos pertinentes a este edital, poderão ser consultados no endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), que será atualizado a cada nova etapa do pregão, bem como no site do município: <http://www.sandovalina.sp.gov.br>.

## **18. DA REVISÃO DE PREÇOS:**

18.1. Em havendo prorrogação do Contrato, este poderá reajustado, após 12 (doze) meses, com base no IPCA/FGV (Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Getúlio Vargas), acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

18.2. Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar o licitante vencedor, após a assinatura da ATA de Registro de Preços, para negociar a redução dos preços indicados na proposta, em virtude de alteração dos preços de mercado

## **19. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

17.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Pregoeiro, até **três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**, por meio eletrônico na plataforma [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) ou pelo e-mail [sandovalina.licitacao@gmail.com](mailto:sandovalina.licitacao@gmail.com).

17.2. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **dois dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

17.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

17.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste edital do pregão, por meio eletrônico, até **três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**.

17.4.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **dois dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

17.4.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

## **18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

18.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, ou após o julgamento do recurso, **caberá a autoridade competente**, se for o caso, ADJUDICAR o objeto ao vencedor.

18.2. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.3. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18.4. O acolhimento do recurso importará, apenas, a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.5. Compete à **autoridade competente** HOMOLOGAR o **PREGÃO**.

18.5.1. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar o instrumento de contrato, respeitada a validade de sua proposta, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

18.5.2. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, havendo motivo justificado e aceito pela Administração.

18.5.3. Não havendo contratação no prazo estabelecido, seja por desinteresse do adjudicatário ou por descumprimento de qualquer encargo imposto neste edital, ocorrerá a decadência do direito de contratar, sem prejuízo das sanções nele prevista.

## **19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

19.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **20. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

20.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a **Ata de Registro de Preços, Instrumento Contratual ou instrumento equivalente**, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

20.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

20.4. Será formalizada a Ata de Registro de Preços para o registro do item constante no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

## **21. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

21.1. A vigência mínima da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, na conformidade do parágrafo único do art. 84 da Lei 14.133/2021.

21.2. Nos termos do Art. 83, §4º da Lei Federal nº 14.133/21, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Sandovalina – SP, não será obrigado a aquisição/contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade e empresa detentora.

## **22. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

22.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, havendo necessidade de contratar o objeto, a autoridade superior convocará a empresa, cujo preço foi registrado, para a assinatura do Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

22.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

22.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

22.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

22.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

22.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida;

22.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

22.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nesta mesma Lei.

22.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

22.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

22.8. O prazo de vigência da contratação será a final do exercício financeiro vigente, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

23.1. A contratação se fará nos termos do instrumento anexo ao presente Edital (ANEXO VIII), ou contrato que dela provir, com eficácia e vigência constante do mesmo, cujo inteiro teor será divulgado no sítio oficial [www.sandovalina.sp.gov.br](http://www.sandovalina.sp.gov.br) nos termos do parágrafo único artigo 176, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

23.2. Para a assinatura do instrumento de contrato, pelo representante legal ou procurador, será verificado por meio da Internet, a regularidade com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador, Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional. A assinatura poderá ser realizada eletronicamente.

23.3. A recusa injustificada de assinar o instrumento de contrato no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatária, sujeitando-a às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **24. DO PAGAMENTO:**

24.1. O pagamento poderá ser realizado em até 30 (trinta) dias, após a realização do evento, mediante a apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal no 14.133/2021 e nas demais normas estabelecidas editalícias.

24.1.1. Para as empresas do município, a N.F. deverá ser protocolada na Prefeitura Municipal de Sandovalina e as empresas de outros municípios deverão encaminhar via e-mail ao Setor solicitante.

24.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

24.3. O pagamento será efetuado por meio de cheque nominativo ou outro procedimento a critério do **LICITANTE**.

#### **25. ENTREGA / RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO:**

25.1. O objeto do desta licitação será recebido em perfeitas condições e de acordo com as cláusulas do ajuste, nos exatos termos da contratação levada à feito e devidamente atestada pela secretaria demandante.

25.2. O recebimento definitivo ou mesmo quando concluída toda a execução contratual, não exclui a responsabilidade do contratado nos termos das prescrições legais, podendo levar a extinção contratual o inadimplemento fundado no art. 137 e demais da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das demais hipóteses e sanções previstas neste Edital e no Contrato celebrado.

#### **26. LOCAL DE ENTREGA:**

26.1. O prazo para entrega do objeto licitado será aqueles estipulados no cronograma dos eventos no Termo de Referência – Anexo I.

#### **27. DA GARANTIA CONTRATUAL:**

27.1. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, trocar, refazer as suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação, em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções que prejudiquem a perfeita execução deste.

27.1.1. A garantia será prestada com vistas a manter a segurança de todos os usuários e participantes dos eventos, com relação aos materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

27.1.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas de cada evento;

27.1.3. Os materiais que apresentarem vício ou defeito, imperfeições, desgastes durante a realização dos eventos e no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso;

27.1.4. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 01 (um) dia, contados a partir da data do recebimento da notificação do Setor Responsável;

27.1.5. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, não será prorrogado;

27.1.6. O custo referente ao transporte dos equipamentos, objeto desta licitação, assim como todas as despesas com encargos sociais e trabalhistas, será de responsabilidade da Contratada; e,

27.1.7. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **28. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS VINCULADAS PREVISTAS NA LEI 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E APLICADAS NO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE LICITANTES E CONTRATADO.**

28.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Licitante ou Contratado que:

28.1.2. dar causa à inexecução parcial do objeto;

28.1.3. dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

28.1.4. dar causa à inexecução total do objeto;

28.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

28.1.6. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

28.1.7. não der cumprimento ao objeto ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

28.1.8. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



28.1.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

28.1.10. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

28.1.11. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

28.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

28.1.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

28.2. A recusa da adjudicatária em assinar o termo de ajuste, ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste termo.

28.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

28.3.1. advertência;

28.3.2. multa;

28.3.3. impedimento de licitar e contratar e;

28.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

28.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

28.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

28.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

28.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

28.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

28.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

28.4.6. a situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.

28.5. A aplicação das sanções previstas neste termo, observará os seguintes parâmetros:

28.5.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou na execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou do instrumento equivalente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documentofiscal.

28.5.2. Para o cômputo da multa de mora, será considerado o primeiro dia útil subsequente ao término do prazo para cumprimento da obrigação, considerando a data de envio da Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

28.6. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outrossanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

28.7. A multa compensatória será calculada em valor não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da adjudicação ou autorização de fornecimento ou contrato, conforme o caso, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas neste termo.

28.6. Na aplicação da multa compensatória serão consideradas as circunstâncias neste termo e observar-se-á os seguintes percentuais:

28.6.1. De 0,5 (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação, em caso de retardamento do procedimento de contratação por descumprimento de preceito normativo ou de obrigações assumidas, destacadamente por:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- b) não manter a proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente justificado;
- c) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- d) tumultuar a sessão pública da licitação;
- e) propor recursos manifestamente protelatórios

28.6.2. De 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do ajuste quando não celebrada ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

28.6.3. De 10% (dez por cento) a 15% (vinte por cento) do valor do ajuste quando, após a assinatura, der causa a inexecução parcial, destacadamente por:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo de vigência;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
- e) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto;
- f) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

- g) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- h) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- i) entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade vencedoras ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o torne impróprio para o fim a que se destina.
- j) subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido neste termo de referência, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

28.6.4. De 20 (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do ajuste ou do valor estimado para a licitação, a depender do caso, quando o infrator:

- a) der causa a inexecução total do termo de ajuste;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.7. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

28.8. A multa será recolhida conforme percentuais e condições estabelecidas na legislação vigente, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação.

28.9. O valor da multa aplicada, inclusive multa de mora, será:

28.9.1. retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

28.9.2. descontado do valor da garantia prestada;

28.9.3. inscrito em dívida ativa e cobrado judicialmente.

28.9.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

28.9.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens deste termo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

28.9.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas neste termo, bem como pelas infrações administrativas previstas neste previstas, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo de no mínimo 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

28.9.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

28.9.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

28.9.9. A aplicação das sanções se dará por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa e obedecerá às disposições dos arts. 155 e ss. da Lei nº 14.133/21.

28.9.10. O licitante e o contratado sujeitar-se-ão ainda as penalidades previstas no Capítulo II-B Dos Crimes Em Licitações e Contratos Administrativos, do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal).

## **29. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

29.1. Além das responsabilidades constantes no Termo de Referência, (Anexo I), a Contratada é única responsável em qualquer caso, por dano ou prejuízo que eventualmente possa causar a terceiros, em decorrência da mão de obra ora contratada, sem qualquer responsabilidade ou ônus para a Prefeitura pelo ressarcimento ou indenização devida.

29.2. A responsabilidade da contratada é integral para com a execução do objeto do presente contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro sendo que a presença da fiscalização da Prefeitura, não diminui ou exclui essa responsabilidade.

29.3. Todo objeto mencionado em qualquer documento que integra o contrato será executado sob responsabilidade direta da contratada.

29.4. É de responsabilidade da contratada, o fornecimento de todos os equipamentos necessários para execução do objeto, inclusive licença/autorizações que incidirem sobre a execução dele.

## **30. CORREÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA:**

30.1. Exclusivamente todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da contratação da empreitada, objeto desta licitação.

30.2. As contribuições devidas à Seguridade Social.

30.3. Exclusivamente todos os encargos trabalhistas, taxas, prêmios de seguros e de acidentes de trabalho, emolumentos e demais despesas necessárias, inclusive transporte e destinação final do lixo domiciliar, com os custos diretos e indiretos, inclusive do licenciamento ambiental.

30.4. A CONTRATADA obrigar-se a troca total ou parcial do objeto com defeito ou não aceito pela Administração.

30.5. É de responsabilidade da contratada, a integralidade do objeto até sua entrega em local onde serão executados os serviços ou indicados pelo requisitante.

30.6. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, refazer as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes de seu estoque ou transporte.

30.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 125, da Lei 14.133/21).

30.8. É de responsabilidade da CONTRATADA de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

30.9. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

30.10. A Vencedora deverá garantir a execução do objeto em sua integridade, estabelecido neste termo, assumindo todo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações pactuadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados a Prefeitura Municipal de Sandovalina ou a terceiros na execução das contratações decorrentes deste instrumento.

30.11. A Prefeitura Municipal de Sandovalina não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução termo de ajuste que dela decorrerem, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Vencedora.

30.12. A Prefeitura Municipal de Sandovalina não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

30.13. Pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento e em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Vencedora ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021.

30.14. Durante a vigência do termo de ajuste, é vedado a Vencedora contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigendo órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

### **31. DAS ALTERAÇÕES:**

31.1. O instrumento contratual poderá ser alterado nos seguintes casos, estabelecidos no art. 104 da Lei Federal de Licitações Nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

31.2. Unilateralmente pela Administração:

31.3. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetos.

31.4. Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei.

31.5. Por acordo entre as partes:

31.6. Quando conveniente à substituição da garantia de execução.

31.7. Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente contraprestação do serviço.

31.9. Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando a lei econômica extraordinária ou extracontratual.

31.10. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorrida após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

31.11. Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá estabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

## **32. DA RESCISÃO:**

32.1. O termo de ajuste ATA/CONTRATO poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer um dos motivos enumerados neste contrato e na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, observadas as formalidades e consequências jurídicas próprias, e ainda em caso de:

- a) inexecução total do ajuste, após a assinatura do termo contratual;
- b) inexecução parcial do CONTRATO, ou constatada a não adequação do objeto entregue com as especificações do Edital;
- c) não manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e,
- d) má execução do objeto contratado.

## **33. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

33.1. As normas disciplinadoras deste **PREGÃO** serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança da contratação.

33.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste **PREGÃO**, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

33.3. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato / fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste **EDITAL**, desde que não haja comunicação do **PREGOEIRO** em sentido contrário.

33.4. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

33.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do **PREGÃO**.

33.6. A(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do **PREGÃO**.

33.7. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

33.8. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do **PREGÃO**.

33.9. Este Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente adjudicatária, farão parte integrante das obrigações, independentemente de transcrição.

33.10. As empresas proponentes ficam obrigadas a fornecer ao Pregoeiro todas as informações e documentos suplementares necessários ao esclarecimento de situações surgidas. Será eliminado (através da desclassificação ou inabilitação) o proponente que não atender, no prazo estabelecido, qualquer das solicitações.

33.11. O Pregoeiro sem prejuízo do item anterior, poderá promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, em qualquer fase do Pregão.

33.12. Qualquer contribuinte é parte legítima para impugnar o presente EDITAL por irregularidades na aplicação da lei, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública.

33.13. Será permitida a subcontratação total ou parcial do seu objeto, desde que não comprometa a segurança e vantajosidade da contratação, mediante pedido e autorização específica, mediante as exigências estabelecidas.

33.14. Os casos omissos neste **EDITAL DE PREGÃO** serão solucionados pelo **PREGOEIRO**, com base na legislação aplicável.

33.15. Será competente o foro da Comarca de Pirapozinho – SP, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para solução de questões oriundas deste **PREGÃO**.

Paço Municipal, Sandovalina, em 14 de maio de 2024.

**Marcos Mendes da Silva**  
**Prefeito Municipal**



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2024**

**1. OBJETO**

1.1. O Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para Locação de Equipamentos de Sonorização, Painéis de LED, Palco, Tendras, Gradis, Fechamentos e Banheiros Químicos para Suprir as Necessidades nos Eventos e Festividades Promovidos pelo Município de Sandovalina – SP nos próximos doze (12) Meses.

**2. DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS E QUANTIDADES**

2.1. A Locação de Equipamentos de Sonorização, Painéis de LED, Palco, Tendras, Gradis, Fechamentos e Banheiros Químicos para Suprir as Necessidades nos Eventos e Festividades Promovidos pelo Município de Sandovalina – SP nos próximos doze (12) Meses, como descrição abaixo:

LOTE 1					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	5	Diária	<b>LOCAÇÃO DE SOM DE PEQUENO PORTE</b> - locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa) de serviço de sonorização de pequeno porte: 04 caixas de som amplificadas e processadas 600 w rms cada, 2 monitores ativos com 600 w rms, com 4 tripés, 01 mixing console com no mínimo 12 canais de entrada 04 subgrupos 04 vias auxiliares 04 bandas de equalização filtro de graves, 01 microfone sem fio para voz com frequência de trabalho selecionável e faixa de operação em uhf, 02 microfones com fio. Com no mínimo 1 (um) técnico responsável durante o evento. (Unid. Diária)		
2.	5	Diária	<b>LOCAÇÃO DE SOM DE PEQUENO PORTE</b> - locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa) de serviço de sonorização de pequeno porte: 04 caixas de som amplificadas e processadas 600 w rms cada, 2 monitores ativos com 600 w rms, com 4 tripés, 01 mixing console com no mínimo 12 canais de entrada 04 subgrupos 04 vias auxiliares 04 bandas de equalização filtro de graves, 01 microfone sem fio para voz com frequência de trabalho selecionável e faixa de operação em uhf, 02 microfones com fio. Com no mínimo 1 (um) técnico responsável durante o evento. (Unid. Diária) <b>Diária de permanência, considerada para eventos com mais 01(um) dia de locação, a partir do 2º dia, em razão de não haver montagem, desmontagem e transporte, conforme Termo de Referência</b>		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 1					

LOTE 2					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	5	Diária	<b>SOM E ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE</b> locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa). 24 - caixas las 2012 attack/jbl 488/ ls slinpac 210; 24 - caixas graves attack/ jbl/ ls slinpac ; 04 - amplificadores labengrup 20,000 06 - amplificadores pro power soft 10000; 06 - amplificadores oneal 5000 pro; 01 - console pm5d rhyamaha; 01 - processador dbx 4800; 02 - processadores dbx drive rack 260; 01 -		

			<p>furmam monitor; 04 - caixas mod kf 850/ line 212/ line ls attack/ jbl; 04 - caixas mod sb 800; 10 - monitores mod sm 400; 12 - caixas las 112 attack deley; 12 - caixas las 112 attack/ls/jbl deley out fil; 01 - sub (bat/perc); 01 - digidesign mix rack 3 dsp; 04 - amplificadores oneal 3200; 02 - amplificadores attack 6400; 01 - amplificador yanke 1600; 01 - amplificador machine 2.8 back line; 01 - amplificadores de guitarra jazz chorus 160; 01 - amplificador de guitarra mesa bug; 01 - amplificador de guitarra jcm900; 01 - amplificador de guitarra fender twing; 01 - amplificador de guitarra fender fromtmam 212r; 01 - amplificador de guitarra jazz chorus 120; 01 - amplificador bass gk 800 (cx 4-10,1-15); 01 - bateria pearl; 01 - bateria mapex microfone; 03 - fm shure pgx 2; 02 - fm shure ur4d+; 06 - ear sem fio senheiser g3; 02 - ear pcm 600 shure; 01 - kit akg c-418; 07 - e 604 senneiser; 04 - shure sm 81; 01 - shure sm 91; 02 - shure sm 82 pgx bateria; 08 - shure sm 57; 12 - shure sm 58; 01 - shure beta 52; 01 - akg d 112; 04 - mic condenser c1000; 04 - mic super lux condenser; 13 - direct box passivo; 09 - direct box ativo; 27 - pedestais; 10 - pantográficos; 20 - praticáveis telescópico; 01 - man power equipamentos de luz; 12 - par foco 5; 08 - mini brut 04 led; 08 - elysoled 20 - strobo at ledrgwa 38 - bem 200 9r; 24 mac aura; 18 cob 200; 01 - mesa de luz; 01 - mesa de luz comand wing ma; 02 - maquinas de fumaça dmx star; 02 - buffer; 24 - par led; 16 - Q50 4 mts; 08 - Q50 2 mts; 04 - Q50 3 mts; 02 - Q 50 1 mts; 16 - Q 30 4 mts; 06 - Q30 3 mts; 08 - Q30 2 mts; 10 - Q30 1 mts; 02 - Q 30 1/2 mts; 04 - cubos 4 faces p/ Q30; 10 - sapatas; 04 - dobradiças Q50; 08 - sleeve (Q50, Q30); 06 - pau de carga; 10 - talhas.Todos os equipamentos acima podem ser substituídos por equipamentos de melhor qualidade para atender os Rider dos artistas conforme suas exigências. Montado no mínimo 1dias anterior ao evento (unid. diária)</p>		
2.	5	Diária	<p><b>SOM E ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE</b> locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa). 24 - caixas las 2012 attack/jbl 488/ ls slinpac 210; 24 - caixas graves attack/ jbl/ ls slinpac ; 04 - amplificadores labengrup 20,000 06 - amplificadores pro power soft 10000; 06 - amplificadores oneal 5000 pro; 01 - console pm5d rhyamaha; 01 - processador dbx 4800; 02 - processadores dbx drive rack 260; 01 - furmam monitor; 04 - caixas mod kf 850/ line 212/ line ls attack/ jbl; 04 - caixas mod sb 800; 10 - monitores mod sm 400; 12 - caixas las 112 attack deley; 12 - caixas las 112 attack/ls/jbl deley out fil; 01 - sub (bat/perc); 01 - digidesign mix rack 3 dsp; 04 - amplificadores oneal 3200; 02 - amplificadores attack 6400; 01 - amplificador yanke 1600; 01 - amplificador machine 2.8 back line; 01 - amplificadores de guitarra jazz chorus 160; 01 - amplificador de guitarra mesa bug; 01 - amplificador de guitarra jcm900; 01 - amplificador de guitarra fender twing; 01 - amplificador de guitarra fender fromtmam 212r; 01 - amplificador de guitarra jazz chorus 120; 01 - amplificador bass gk 800 (cx 4-10,1-15); 01 - bateria pearl; 01 - bateria mapex microfone; 03 - fm shure pgx 2; 02 - fm shure ur4d+; 06 - ear sem fio senheiser g3; 02 - ear pcm 600 shure; 01 - kit akg c-418; 07 - e 604 senneiser; 04 - shure sm 81; 01 - shure sm 91; 02 - shure sm 82 pgx bateria; 08</p>		

			<p>- shure sm 57; 12 - shure sm 58; 01 - shure beta 52; 01 - akg d 112; 04 - mic condenser c1000; 04 - mic super lux condenser; 13 - direct box passivo; 09 - direct box ativo; 27 - pedestais; 10 - pantográficos; 20 - praticáveis telescópico; 01 - man power equipamentos de luz; 12 - par foco 5; 08 - mini brut 04 led; 08 - elypsoled 20 - strobo at ledrgwa 38 - bem 200 9r; 24 mac aura; 18 cob 200; 01 - mesa de luz; 01 - mesa de luz comand wing ma; 02 - maquinas de fumaça dmx star; 02 - buffer; 24 - par led; 16 - Q50 4 mts; 08 - Q50 2 mts; 04 - Q50 3 mts; 02 - Q 50 1 mts; 16 - Q 30 4 mts; 06 - Q30 3 mts; 08 - Q30 2 mts; 10 - Q30 1 mts; 02 - Q 30 1/2 mts; 04 - cubos 4 faces p/ Q30; 10 - sapatas; 04 - dobradiças Q50; 08 - sleeve (Q50, Q30); 06 - pau de carga; 10 - talhas.</p> <p>Todos os equipamentos acima podem ser substituídos por equipamentos de melhor qualidade para atender os Rider dos artistas conforme suas exigências. Montado no mínimo 1dias anterior ao evento (unid. diária). <b>Diária de permanência, considerada para eventos com mais 01(um) dia de locação, a partir do 2º dia, em razão de não haver montagem, desmontagem e transporte, conforme Termo de Referência</b></p>		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 2					

LOTE 3					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	5	Diária	<u>LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED PARA PALCO</u> medindo 6x3 metros para instalação em fundo de palco, no mínimo de resolução p4, com equipamentos necessários para sua reprodução e um técnico presente durante os eventos, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa). Todos os equipamentos acima podem ser substituídos por equipamentos de melhor qualidade para atender os Rider dos artistas conforme suas exigências. Montado no mínimo 1dias anterior ao evento (unid. diária).		
2.	5	Diária	<u>LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED PARA PALCO</u> medindo 6x3 metros para instalação em fundo de palco, no mínimo de resolução p4, com equipamentos necessários para sua reprodução e um técnico presente durante os eventos, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa). Todos os equipamentos acima podem ser substituídos por equipamentos de melhor qualidade para atender os Rider dos artistas conforme suas exigências. Montado no mínimo 1dias anterior ao evento (unid. diária). <b>Diária de permanência, considerada para eventos com mais 01(um) dia de locação, a partir do 2º dia, em razão de não haver montagem, desmontagem e transporte, conforme Termo de Referência</b>		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 3					

LOTE 4					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	5	Diária	<u>LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED INFORMATIVO</u> montagem e desmontagem (mão de obra inclusa), medindo 4x3 metros com estrutura de treliça montado em um quadro com treliça Q30, e dois pés de no mínimo 1.80 metros de altura, todas as estruturas de treliças envelopadas		

			na cor preta, com Cabeamento e equipamentos necessários para instalação e reprodução. Um técnico durante o evento. Estrutura a prova d'água. Todos os equipamentos acima podem ser substituídos por equipamentos de melhor qualidade para atender os Rider dos artistas conforme suas exigências. Montado no mínimo 1 dias anterior ao evento (unid. diária).		
2.	5	Diária	<b>LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED INFORMATIVO</b> montagem e desmontagem (mão de obra inclusa), medindo 4x3 metros com estrutura de treliça montado em um quadro com treliça Q30, e dois pés de no mínimo 1.80 metros de altura, todas as estruturas de treliças envelopadas na cor preta, com Cabeamento e equipamentos necessários para instalação e reprodução. Um técnico durante o evento. Estrutura a prova d'água. Todos os equipamentos acima podem ser substituídos por equipamentos de melhor qualidade para atender os Rider dos artistas conforme suas exigências. Montado no mínimo 1 dias anterior ao evento (unid. diária). <b>Diária de permanência, considerada para eventos com mais 01(um) dia de locação, a partir do 2º dia, em razão de não haver montagem, desmontagem e transporte</b> , conforme Termo de Referência		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 4					

LOTE 5					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	5	Diária	<b>LOCAÇÃO DE PORTAL DE ENTRADA DE EVENTO.</b> Montagem e desmontagem (mão de obra inclusa), Uma trave de treliça Q30, medindo 3,5 metros de altura por 6 de largura, com um painel de led (prova d'água) medindo 6x1 metros. Painel com resolução mínima de P4. Cabeamento e equipamentos necessários para instalação e reprodução. Estruturas de treliças devidamente envelopadas.		
2.	10	Diária	<b>LOCAÇÃO DE PORTAL DE ENTRADA DE EVENTO.</b> Montagem e desmontagem (mão de obra inclusa), Uma trave de treliça Q30, medindo 3,5 metros de altura por 6 de largura, com um painel de led (prova d'água) medindo 6x1 metros. Painel com resolução mínima de P4. Cabeamento e equipamentos necessários para instalação e reprodução. Estruturas de treliças devidamente envelopadas. <b>Diária de permanência, considerada para eventos com mais 01(um) dia de locação, a partir do 2º dia, em razão de não haver montagem, desmontagem e transporte</b> , conforme Termo de Referência		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 5					

LOTE 6 (EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI)					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	5	Diária	<b>LOCAÇÃO DE BACKDROP PARA FOTOS.</b> Montagem e desmontagem (mão de obra inclusa). Quadro medindo 6x2 metros, com treliças Q20 envelopadas na cor preta. Instalação e retirada inclusa.		
2.	10	Diária	<b>LOCAÇÃO DE BACKDROP PARA FOTOS.</b> Montagem e desmontagem (mão de obra inclusa). Quadro medindo 6x2 metros, com treliças Q20 envelopadas na cor preta. Instalação e retirada inclusa. <b>Diária de permanência, considerada para eventos com mais 01(um) dia de</b>		

			locação, a partir do 2º dia, em razão de não haver montagem, desmontagem e transporte, conforme Termo de Referência		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 6					

LOTE 7 (EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI)					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	10	Unid	<u>LOCAÇÃO DE PRATICÁVEL</u> medindo 8x4, com no mínimo 0,60 metros de altura, com escadas e rampa de acesso, envelopamento nas laterais em preto e carpete. Montagem e desmontagem (mão de obra inclusa). <b>(eventos máximo 4 dias)</b>		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 7					

LOTE 8					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	60	Unid	<u>LOCAÇÃO DE TENDA TIPO CHAPÉU DE BRUXA</u> , medindo 5x5 metros, com 3 metros de altura, estruturas metálicas, lona anti-chamas e emissão de ART. As estruturas não devem apresentar nenhum problema estrutural, ou avaria e sujeira nas lonas. Montagem e desmontagem (mão de obra inclusa). <b>(eventos máximo 4 dias )</b>		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 8					

LOTE 9 (EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI)					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	15	Unid	<u>LOCAÇÃO DE TENDA TIPO CHAPÉU DE BRUXA</u> , medindo no mínimo 3x3 metros, com 3 metros de altura, em estruturas metálicas, lona anti-chamas e emissão de ART. As estruturas não devem apresentar nenhum problema estrutural, ou avaria e sujeira nas lonas. Montagem e desmontagem (mão de obra inclusa). <b>(eventos máximo 4 dias )</b>		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 9					

LOTE 10					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	80	Unid	<u>LOCAÇÃO DE TENDA TIPO PIRAMIDAL</u> , medindo 10x10 metros, com 2,5 metros, em estruturas metálicas, lona anti-chamas e emissão de ART. As estruturas não devem apresentar nenhum problema estrutural, ou avaria e sujeira nas lonas. Montagem e desmontagem (mão de obra inclusa). <b>(eventos máximo 4 dias )</b>		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 10					

LOTE 11					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	20	Unid	<u>LOCAÇÃO DE TENDA TIPO PIRAMIDAL OU CHAPÉU DE BRUXA DE COM FECHAMENTO LATERAL</u> , medindo 10x10 metros, com 2,5 metros, fechamento em lonas nas laterais, em estruturas metálicas, lona anti-chamas e emissão de ART. As estruturas não devem apresentar nenhum problema estrutural, ou avaria e sujeira nas lonas.		

			Montagem e desmontagem (mão de obra inclusa).		
<b>VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 11</b>					

<b>LOTE 12</b>					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	3	unidade	<u>LOCAÇÃO DE TENDA TIPO CIRCO</u> , em lona anti-chamas, medindo no mínimo 42x42 metros, e único poste de sustentação central. Atendendo todos os requisitos do corpo de bombeiros e com emissão de ART. Montagem e desmontagem (mão de obra inclusa). <b>(eventos máximo 4 dias)</b>		
<b>VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 12</b>					

<b>LOTE 13</b>					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	1.500	metros	<u>LOCAÇÃO DE GRADIL</u> para contenção de público seguindo as normas técnicas do Corpo de Bombeiros. Estimativa de locação de 3000 metros com pedido mínimo de 50 metros. Montagem e desmontagem (mão de obra inclusa). <b>(eventos máximo 4 dias )</b>		
<b>VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 13</b>					

<b>LOTE 14</b>					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	2.500	metros	<u>LOCAÇÃO DE FECHAMENTO EM METALÃO</u> , medindo no mínimo de 1.80 de altura, sem conter nem dano estrutural. Seguindo todas as recomendações do Corpo de Bombeiros. Estimativa de locação de 3000 metros com pedido mínimo de 50 metros. Montagem e desmontagem (mão de obra inclusa). <b>(eventos máximo 4 dias)</b>		
<b>VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 14</b>					

<b>LOTE 15</b>					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	4	Diária	<u>PALCO QUADRADO 14x10M EM Q50</u> locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa) de palco, nas dimensões de 14 metros de frente por 10 metros de profundidade com piso e estrutura metálica tubular industrial e compensada de 20 mm na cor preta, na altura 1,50mt; com fechamento frontal em lona com fundo e lateral, lona anti-chama, com cobertura em lona night-day, com testeira em Q30 alumínio medindo 14 metros de frente por 1,50mt metros de altura com duas traves laterais e duas torres fy, totalizando 8 peças 4mt q50, 12 peças 6mt q30, 22 peças 4mt q30 12 peças 2 mt q30, 4 peças 1,50mt, 16 cubo 5 face com piso na altura 1,50 altura todo acarpetado, house mix para mesas de PA e monitor, medindo no 4,40mt x 2,20mt. tipo tenda, com escada de acesso, com entrega 4 dias anterior ao evento (unid.: diária). As estruturas não devem apresentar nenhum problema estrutural, ou avaria e sujeira nas lonas. Com emissão da ART		
2.	8	Diária	<u>PALCO QUADRADO 14x10M EM Q50</u> locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa) de palco, nas dimensões de 14 metros de frente por 10 metros de profundidade com piso e estrutura metálica tubular industrial e compensada de 20 mm na cor preta, na altura 1,50mt; com fechamento frontal em lona com fundo e lateral, lona anti-chama, com cobertura em lona night-day, com testeira em Q30 alumínio medindo 14		

			metros de frente por 1,50mt metros de altura com duas traves laterais e duas torres fy, totalizando 8 peças 4mt q50, 12 peças 6mt q30, 22 peças 4mt q30 12 peças 2 mt q30, 4 peças 1,50mt, 16 cubo 5 face com piso na altura 1,50 altura todo acarpetado, house mix para mesas de PA e monitor, medindo no 4,40mt x 2,20mt. tipo tenda, com escada de acesso, com entrega 4 dias anterior ao evento (unid.: diária). As estruturas não devem apresentar nenhum problema estrutural, ou avaria e sujeira nas lonas. Com emissão da ART <b>Diária de permanência, considerada para eventos com mais 01(um) dia de locação, a partir do 2º dia, em razão de não haver montagem, desmontagem e transporte</b> , conforme Termo de Referência		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 15					

LOTE 16					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	3	Diária	<b>PALCO QUADRADO 10x06M EM Q50 ALUMÍNIO</b> descrição: locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa), nas dimensões de 10 metros de frente por 06 metros de profundidade, com piso e estrutura metálica tubular industrial e compensada de 20 mm na cor preta, na altura 1,00mt, com fechamento frontal em lona, com fundo e lateral, lona anti-chama, com cobertura em lona night and day, medindo fy com 10 metros de altura por 02 metros de largura piso encarpetado, house mix para mesas de PA e monitor, medindo no 4,40 x 2,20m. tipo tenda, com escada de acesso; com entrega 4 dias anterior ao evento (unidade: diária). Com emissão da ART		
2.	6	Diária	<b>PALCO QUADRADO 10x06M EM Q50 ALUMÍNIO</b> descrição: locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa), nas dimensões de 10 metros de frente por 06 metros de profundidade, com piso e estrutura metálica tubular industrial e compensada de 20 mm na cor preta, na altura 1,00mt, com fechamento frontal em lona, com fundo e lateral, lona anti-chama, com cobertura em lona night and day, medindo fy com 10 metros de altura por 02 metros de largura piso encarpetado, house mix para mesas de PA e monitor, medindo no 4,40 x 2,20m. tipo tenda, com escada de acesso; com entrega 4 dias anterior ao evento (unidade: diária). Com emissão da ART. <b>Diária de permanência, considerada para eventos com mais 01(um) dia de locação, a partir do 2º dia, em razão de não haver montagem, desmontagem e transporte</b> , conforme Termo de Referência		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 16					

LOTE 17					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	3	Diária	<b>PALCO 18x21MT CONCHA ALUMÍNIO:</b> locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa) de palco, nas dimensões de 18m de frente por 21mt de profundidade, com piso e estrutura metálica tubular industrial e compensada de 20 mm (mínimo) na cor preta, na altura 2,30m (mínimo) piso todo acarpetado com fechamento frontal em lona, com fundo e lateral em lona anti-chama, com o teto em forma de 1/4 % de esfera (tipo geo space), com cobertura em lona night and day, medindo 18 metros de frente por 21 metros de profundidade, house mix para mesas de PA e monitor, medindo no 4,40x 2,200m. tipo tenda, contendo escada de acesso com rampa e escadas com fechamento em lona na parte inferior tipo mosaico, duas torres para fy e painéis de led em q30 alumínio medindo 9 metro de altura com 12 pés mais 6 metros nas laterais para painel LED totalizando 32 peças 4mt q30, 08 peças 2mt q30, 8		

			<p>peças 1mt q30 12 cubos 5 faces com apresentação de registro no CREA.</p> <p>OBS - a empresa deverá apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitida por pessoa jurídica de direito privado ou público que comprove ter realizado evento/serviço compatível em características com o objeto licitado, devidamente acervado no Crea; com data retroativa de no máximo 1 (um) ano, contando a partir da data da licitação; certificado de registro e regularidade da empresa junto ao Crea; certificado dos funcionários registrados na empresa com certificado do curso de NR 35 (no mínimo 4 funcionários) e seu certificado junto ao ministério do turismo (cadastur) montado no mínimo 4 dias anteriores ao evento (unidade: diária). Com emissão de ART.</p>		
2.	7	Diária	<p><b>PALCO 18x21MT CONCHA ALUMÍNIO:</b> locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa) de palco, nas dimensões de 18m de frente por 21mt de profundidade, com piso e estrutura metálica tubular industrial e compensada de 20 mm (mínimo) na cor preta, na altura 2,30m (mínimo) piso todo acarpetado com fechamento frontal em lona, com fundo e lateral em lona anti-chama, com o teto em forma de 1/4 % de esfera (tipo geo space), com cobertura em lona night and day, medindo 18 metros de frente por 21 metros de profundidade, house mix para mesas de PA e monitor, medindo no 4,40x 2,200m. tipo tenda, contendo escada de acesso com rampa e escadas com fechamento em lona na parte inferior tipo mosaico, duas torres para fy e painéis de led em q30 alumínio medindo 9 metro de altura com 12 pés mais 6 metros nas laterais para painel LED totalizando 32 peças 4mt q30, 08 peças 2mt q30, 8 peças 1mt q30 12 cubos 5 faces com apresentação de registro no CREA.</p> <p>OBS - a empresa deverá apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitida por pessoa jurídica de direito privado ou público que comprove ter realizado evento/serviço compatível em características com o objeto licitado, devidamente acervado no Crea; com data retroativa de no máximo 1 (um) ano, contando a partir da data da licitação; certificado de registro e regularidade da empresa junto ao Crea; certificado dos funcionários registrados na empresa com certificado do curso de NR 35 (no mínimo 4 funcionários) e seu certificado junto ao ministério do turismo (cadastur) montado no mínimo 4 dias anteriores ao evento (unidade: diária). Com emissão de ART. <b>Diária de permanência, considerada para eventos com mais 01(um) dia de locação, a partir do 2º dia, em razão de não haver montagem, desmontagem e transporte,</b> conforme Termo de Referência</p>		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 17					

LOTE 18					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	3	Diária	<p><b>PALCO 18x21MT DUAS AGUAS (ALUMÍNIO Q50) COM TESTEIRA (ALUMÍNIO Q30)</b> locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa) de palco, nas dimensões de 18mt de frente por 21 mt de profundidade, com piso e estrutura metálica tubular industrial e compensada de 20 mm (mínimo) na cor</p>		



			<p>preta, na altura 2,30m (mínimo) piso todo encarpetado; contendo escada de acesso com rampa e escadas com fechamento em lona na parte inferior tipo mosaico, com fechamento frontal em lona; com fundo e lateral em lona anti-chama; com o teto em forma de duas águas; com cobertura em lona night-day, medindo 18 metros de frente por 21 metros de profundidade, house mix para mesas de PA e monitor, medindo no mínimo 4,40x 2,20m tipo tenda. Duas torres para FY e painéis de LED em Q30 alumínio medindo 9 metro de altura com 4 pés; mais 6 metros nas laterais para LED totalizando: 12 peças Q50 4 mt, 12 peças Q50 2 mt, 56 peças 4mt Q30, 08 peças 2mt Q30, 8 peças de 3 mt, 8 peças 1,50mt, 8 peças 1mt Q30, 24 cubos 05 faces. <b>OBS</b> - a empresa deverá apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitida por pessoa jurídica de direito privado ou público que comprove ter realizado evento/serviço compatível em características com o objeto licitado, devidamente acervado no Crea; com data retroativa de no máximo 1 (um) ano, contando a partir da data da licitação; certificado de registro e regularidade da empresa junto ao Crea; certificado dos funcionários registrados na empresa com certificado do curso de NR 35 (no mínimo 4 funcionários) e seu certificado junto ao ministério do turismo (cadastur) montado no mínimo 4 dias anterior ao evento (unid. diária).</p>		
2.	7	Diária	<p><b><u>PALCO 18x21MT DUAS AGUAS (ALUMÍNIO Q50) COM TESTEIRA (ALUMÍNIO Q30)</u></b> locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa) de palco, nas dimensões de 18mt de frente por 21 mt de profundidade, com piso e estrutura metálica tubular industrial e compensada de 20 mm (mínimo) na cor preta, na altura 2,30m (mínimo) piso todo encarpetado; contendo escada de acesso com rampa e escadas com fechamento em lona na parte inferior tipo mosaico, com fechamento frontal em lona; com fundo e lateral em lona anti-chama; com o teto em forma de duas águas; com cobertura em lona night-day, medindo 18 metros de frente por 21 metros de profundidade, house mix para mesas de PA e monitor, medindo no mínimo 4,40x 2,20m tipo tenda. Duas torres para FY e painéis de LED em Q30 alumínio medindo 9 metro de altura com 4 pés; mais 6 metros nas laterais para LED totalizando: 12 peças Q50 4 mt, 12 peças Q50 2 mt, 56 peças 4mt Q30, 08 peças 2mt Q30, 8 peças de 3 mt, 8 peças 1,50mt, 8 peças 1mt Q30, 24 cubos 05 faces. <b>OBS</b> - a empresa deverá apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitida por pessoa jurídica de direito privado ou público que comprove ter realizado evento/serviço compatível em características com o objeto licitado, devidamente acervado no Crea; com data retroativa de no máximo 1 (um) ano, contando a partir da data da licitação; certificado de registro e regularidade da empresa junto ao Crea; certificado dos funcionários registrados na empresa com certificado do curso de NR 35 (no mínimo 4 funcionários) e seu certificado junto ao ministério do turismo (cadastur) montado no mínimo 4 dias anterior ao evento (unid. diária). Com emissão de ART. <b>Diária de permanência, considerada para eventos com mais 01(um) dia de locação, a partir do 2º dia, em razão de não haver</b></p>		

			montagem, desmontagem e transporte, conforme Termo de Referência		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 18					

LOTE 19 (EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI)					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	5	unidade	<u>CAMARIM EM OCTANORM</u> : Camarim em Octanorm da cor branca, com cobertura em forro, e tenda chapéu de bruxa, com ar condicionado , medindo 6x6 metros, porta com tranca, piso em madeira na base e carpete preto sob o madeiramento, 4 pontos de energia 110w e 2 pontos 220w. (eventos máximo 4 dias )		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 19					

LOTE 20					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
2.	500	unidade	<u>BANHEIRO QUÍMICO:</u> locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa) de banheiro químico individual, por um período de 24 (vinte e quatro) horas, portáteis, com manutenção diária, com caminhão limpa fossa. Material em polietileno, com teto translúcido, dimensões mínimas: altura 2,30; largura 1,10m; comprimento 1,20m e peso mínimo de 75kg; caixa de dejetos com assento; mictório; suporte para papel higiênico; capacidade de dejetos mínimo de 220 litros, com menos de 5 anos de uso e licenças dos órgãos ambientais competentes. (Unid. Diária). (eventos máximo 4 dias)		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 20					

LOTE 21 (EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI)					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	50	unidade	<u>BANHEIRO QUÍMICO:</u> Locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa) de banheiro químico individual, portátil, para deficientes físicos, por um período de 24 (vinte e quatro) horas, manutenção diária com caminhão limpa fossa. Material em polietileno, com teto translucido, dimensões e características mínimas: altura 2,00m; largura 1,60m; comprimento 1,60m; peso 110kg capacidade de dejetos 125 litros, rampa de acesso ao mesmo nível do piso, com menos de 5 anos de uso e licenças dos órgãos ambientais competentes. (Unid. Diária). Estimativa de até 100 unidades. (eventos máximo 4 dias )		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 21					

LOTE 22 (EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI)					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	10	unidade	<b>Locação de Climatizador duplo</b> , com vasão de ar de no mínimo 50 mil metros cúbicos, com reservatório de 300 litros de água interno, bifásico. <b>(eventos máximo 4 dias )</b>		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 22					

LOTE 23					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	15	Unidade	<b>GERADOR</b> , 01 (um) em funcionamento , para uso diário de 8 (oito) horas com potência mínima de: 260 KVA – 208 kw emergência 240 KVA – 192 kw regime prime; tensão: 220-127 v, 380-220v, 440-254v = reconectável; tipo de acionamento: manual ou automático; combustível: diesel; capacidade do tanque: 260 litros; autonomia: 20 (vinte) horas; abrangência: sistemas de energia – geração de energia ou stand-by para eventos, sonorização, iluminação cênica, iluminação e geração de energia em geral. Apresentação do PCMSO (programa de controle médico de saúde ocupacional) da empresa, conforme norma regulamentadora nr-07 da portaria nº 24, de 29/12/1994; Apresentação do PGR (Programa de gerenciamento de Riscos). (Unid. Diária). <b>(eventos máximo 4 dias )</b>		
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 23					

LOTE 24					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	10	Diária	<b>LOCAÇÃO DE SOM DE MÉDIO PORTE:</b> Serviço de sonorização para banda, sendo necessária a montagem, desmontagem, equipe técnica de execução de palco com os itens com as características mínimas: p.a 6 sub duplo de 18p' e 12 lines array (6x6); 04 monitores de chão; 10 pedestal para microfone; 1 suporte para contra baixo; 1 suporte para guitarra; 1 suporte para 2 teclados; 4 pontos de energia 110 ou 220 estabilizado; 3 praticaveis (2x1m cada um) com pé de 40cm; 1 bateria: tama, pearl, yamaha, gretsch ou ludwig, com banco, bumbo, tom 1, tom 2, surdo, pedal de bumbo, máquina de chimbau, 2 - estantes de prato, sendo ao menos uma modelo "girafa", 1 - estantes de caixa , - todas as peles devem estar em bom estado; 1 kit microfone para bateria completo; 1 console mínimo 32 canais; 1 processador dbx p.a; 1 rack de potência para todo sistema de áudio; 1 amplificador (cubo) de contra baixo 100w; 1 amplificador (cubo) de guitarra 100w; 30 cabos xlr suficientes para a ligação de instrumentos no palco; 10 cabos p10 para instrumentos; 04 microfones sem fio; 20 microfones com fio; 1 equipamento para tocar áudio por usb. Os equipamentos deverão estar em bom estado de conservação. As horas da montagem e desmontagem não serão computados como diária de utilização dos equipamentos. É de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento de cabos, fios elétricos, extensões, equipamentos e equipe técnica necessária ao funcionamento dos equipamentos. Serviço de		

			<p>iluminação para banda, sendo necessária a montagem, desmontagem, equipe técnica de execução de palco com os itens com as características mínimas, de acordo com o rider técnico de eventos municipais: refletores: 02 araras 64 f5 corretor 61; 15 par led 3w rgbw; 04 brut de lâmpadas. Moving 12 moving beam 200 ou moving robe point 15r. Efeitos: 05 elipsoldais etc 36; 01 máquina de fumaça df 50, f-100 ou taiga 1500 c/ ventilador; 02 atomic 3000 martin fechamento de gride (cortina preta). Controle: 01 grand ma black horse ou wing; 01 sistema de intercom. Fiação: o sistema de iluminação deve estar conectado em uma fonte de energia diferente da que está no som. O sistema deve estar devidamente aterrado a fim de evitar interferência. Serviço: 02 luz de serviço; 01 escada para afinação backline. Iluminação: as empresas contratadas se relacionarão com os músicos e equipe técnica. Os equipamentos deverão ser montados de acordo com o rider técnico do artista ou técnico responsável pelo evento. Todo o sistema deverá estar devidamente aterrado. O grid deve ser instalado na proporção do palco, podendo ser de 4m a 10m de boca por 8m a 3m de profundidade e 2m a 6m de altura, na proporção do palco. O equipamento deverá estar montado, testado e funcionando perfeitamente, com no mínimo de até 9 horas de antecedência do início do evento. Os equipamentos deverão ser instalados de acordo com o mapa de palco a ser estipulado pela contratante. É de inteira responsabilidade da contratada os fornecimentos de cabos, fios elétricos, extensões, equipamentos e equipe técnica necessária ao funcionamento dos equipamentos.</p>		
2.	10	Diária	<p><b>LOCAÇÃO DE SOM DE MÉDIO PORTE:</b>  Serviço de sonorização para banda, sendo necessária a montagem, desmontagem, equipe técnica de execução de palco com os itens com as características mínimas: p.a 6 sub duplo de 18p' e 12 lines array (6x6); 04 monitores de chão; 10 pedestal para microfone; 1 suporte para contra baixo; 1 suporte para guitarra; 1 suporte para 2 teclados; 4 pontos de energia 110 ou 220 estabilizado; 3 praticaveis (2x1m cada um) com pé de 40cm; 1 bateria: tama, pearl, yamaha, gretsch ou ludwig, com banco, bumbo, tom 1, tom 2, surdo, pedal de bumbo, máquina de chimbal, 2 - estantes de prato, sendo ao menos uma modelo "girafa", 1 - estantes de caixa, - todas as peles devem estar em bom estado; 1 kit microfone para bateria completo; 1 console mínimo 32 canais; 1 processador dbx p.a; 1 rack de potência para todo sistema de áudio; 1 amplificador (cubo) de contra baixo 100w; 1 amplificador (cubo) de guitarra 100w; 30 cabos xlr suficientes para a ligação de instrumentos no palco; 10 cabos p10 para instrumentos; 04 microfones sem fio; 20 microfones com fio; 1 equipamento para tocar áudio por usb. Os equipamentos deverão estar em bom estado de conservação. As horas da montagem e desmontagem não serão computados como diária de utilização dos equipamentos. É de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento de cabos, fios elétricos, extensões, equipamentos e equipe técnica necessária ao funcionamento dos equipamentos. Serviço de iluminação para banda, sendo necessária a montagem, desmontagem, equipe técnica de execução de palco</p>		

			com os itens com as características mínimas, de acordo com o rider técnico de eventos municipais: refletores: 02 araras 64 f5 corretor 61; 15 par led 3w rgbw; 04 brut de lâmpadas. Moving 12 moving beam 200 ou moving robe point 15r. Efeitos: 05 elipsoldais etc 36; 01 máquina de fumaça df 50, f-100 ou taiga 1500 c/ ventilador; 02 atomic 3000 martin fechamento de gride (cortina preta). Controle: 01 grand ma black horse ou wing; 01 sistema de intercom. Fiação: o sistema de iluminação deve estar conectado em uma fonte de energia diferente da que está no som. O sistema deve estar devidamente aterrado a fim de evitar interferência. Serviço: 02 luz de serviço; 01 escada para afinação backline. Iluminação: as empresas contratadas se relacionarão com os músicos e equipe técnica. Os equipamentos deverão ser montados de acordo com o rider técnico do artista ou técnico responsável pelo evento. Todo o sistema deverá estar devidamente aterrado. O grid deve ser instalado na proporção do palco, podendo ser de 4m a 10m de boca por 8m a 3m de profundidade e 2m a 6m de altura, na proporção do palco. O equipamento deverá estar montado, testado e funcionando perfeitamente, com no mínimo de até 9 horas de antecedência do início do evento. Os equipamentos deverão ser instalados de acordo com o mapa de palco a ser estipulado pela contratante. É de inteira responsabilidade da contratada os fornecimentos de cabos, fios elétricos, extensões, equipamentos e equipe técnica necessária ao funcionamento dos equipamentos.		
<b>VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DO LOTE 24</b>					

**PREVISÃO DOS EVENTOS A SEREM REALIZADOS NA DATAS COMEMORATIVAS**

Evento	Local
Festividades do Padroeiro do Município	Recinto de Rodeio "Carlos Padovan"
Festividade do dia dos Pais	Garagem Municipal
Festividades do Dia das Crianças	Ginásio Municipal de Esportes
Festividades do Dia dos Professores	Ginásio Municipal de Esportes
Formaturas dos alunos da rede pública de ensino	Ginásio Municipal de Esportes
Festividades do Funcionário Público	Ginásio Municipal de Esportes
Festividade Reveillon	Balneário Municipal
Baile Rainha do Rodeio	Recinto "Carlos Padovan"
Mais bela Voz	Local a definir

2.2. Qualquer dúvida com relação ao objeto, deverá ser esclarecida com o Setor de Compras pelos telefones: (18) 3277-1121 e (18) 3277-1122 ou ainda pelo e-mail: [natanailson.compras@gmail.com](mailto:natanailson.compras@gmail.com).

2.2.1. Ressaltamos que a Prefeitura do Município de Sandovalina – SP, não irá se responsabilizar por nenhum dano, bem como segurança dos equipamentos fornecidos pela contratada, sendo assim, é de responsabilidade da contratada a segurança do seu patrimônio, na pré montagem, durante o evento e após este.

2.2.2. Os lotes previstos para cada evento poderá sofrer alterações, sendo comunicado pela Administração em até 02 (dois) dias antes da entrega do objeto.

### **2.3. DOS VALORES UNITÁRIOS QUE COMPÕEM CADA LOTE**

2.3.1. No valor da diária normal de locação deverão estar inclusos os gastos com transportes dos equipamentos (ida e volta), montagem e desmontagem, bem como a devida ART conforme solicitado. Os equipamentos deverão estar montados e em perfeitas condições de uso, funcionamento e segurança.

2.3.2. Para as locações que ultrapassarem 01 (um) dia de locação, será aplicada a DIÁRIA DE PERMANÊNCIA, a partir do segundo dia de locação.

2.3.1. As DIÁRIAS DE PERMANÊNCIA ocorrerão somente nos casos em que a locação esteja devidamente instalada.

2.3.2. Entende-se por diária de permanência quando não há montagem, desmontagem e transporte dos itens. Ou seja, o item ficará permanente no local pelo prazo citado na Ordem de Compra, requerido pela Secretaria responsável.

2.3.3. O valor da diária de permanência deverá ter uma redução em relação ao valor da diária normal de locação, tendo em vista que se entende que os custos de transporte, montagem e desmontagem não se aplicam no período intermediário do serviço.

**2.3.4. Compreende-se por diária o período de 24 (vinte e quatro) horas.**

2.3.5. Ressaltamos que as datas poderão sofrer alterações, conforme previsão da Administração Pública do Município de Sandovalina - SP.

2.3.6. Os eventos mencionados neste termo, poderão ter duração mínima de 01 (um) à 05 (cinco) dias.

### **2.4. OBRIGATÓRIO**

2.4.1. É obrigatório que cada palco solicitado contenha: cobertura, guarda corpo, rampa de acesso (acessibilidade), compatíveis com cada tamanho dimensionado neste termo de referência.

### **2.5. MONTAGEM**

2.5.1. A montagem, desmontagem, alimentação, deslocamento, transporte, hospedagem, testes, entre outros gastos da empresa devem estar já no custo proposto pela mesma, sendo assim, não será admitido custos adicionais após Ata firmada.

2.5.2. Os palcos deverão vir acompanhados de fechamento de três lados (laterais e fundo), pode ser utilizado tecido (branco ou preto, conforme determinação da secretaria demandante) ou lona, do assoalho até o pé direito.

2.5.3. Pode haver necessidade de montagem dos lotes até 96 (noventa e seis) horas antes do evento, conforme solicitação da secretaria demandante.

2.5.4. Para os lotes de banheiros químicos, será necessário possuir 04 (quatro) rolos de papel higiênico para cada banheiro químico solicitado.

2.5.4.1. Para eventos mais que um dia será necessário a limpeza, higienização e manutenção dos banheiros químicos.

## **2.6. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES**

2.6.1. Após emissão da ordem de compra/empenho, a(s) empresa(s) vencedora(s) da presente licitação deverá(ão) iniciar a prestação do serviço de acordo com o objeto da licitação e datas nela estipuladas conforme solicitação da Administração, no prazo máximo mencionado, após o recebimento da ordem de compra, sob pena de decair de seu direito perante a municipalidade.

2.6.2. Após emissão da ordem de compra/empenho, a(s) empresa(s) vencedora(s) da presente licitação deverá(ão) iniciar a prestação do serviço de acordo com o objeto da licitação e datas nela estipuladas conforme solicitação da Secretaria, no prazo máximo mencionado, após o recebimento da ordem de compra, sob pena de decair de seu direito perante a municipalidade.

## **3. JUSTIFICATIVA**

3.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer os requisitos e especificações técnicas para a contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Equipamentos de Sonorização, Painéis de LED, Palco, Tendões, Gradis, Fechamentos e Banheiros Químicos para Suprir as Necessidades nos Eventos e Festividades Promovidos pelo Município de Sandovalina – SP nos próximos doze (12) Meses.

3.2. É importante salientar, que todas as festividades elencadas neste termo, se tornou tradição cultural do povo Sandovalinense a várias administrações passadas, trazendo para a população, não somente o convívio social e cultural, mas também, incentivando e colaborando com o comércio local e regional, expandindo o lucro e melhorando a renda das famílias.

## **4. PRAZO DE VIGÊNCIA**

4.1. A vigência mínima da Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, na conformidade do parágrafo único do art. 84 da Lei 14.133/2021.

## **5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

02. PREFEITURA MUNICIPAL

02.01. CHEFIA DO EXECUTIVO

02.01.01. GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.39.23.00.00. FESTIVIDADES E HOMENAGENS

1. TESOURO

## **6. FORMA DE PAGAMENTO**

6.1. O pagamento poderá ser realizado em até 30 (trinta) dias, após a realização do evento, mediante a apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal no 14.133/2021 e nas demais normas estabelecidas editalícias.

## **7. LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO**

7.1. A execução do objeto pretendido, será aqueles indicados neste termo, ou, em caso de necessidade, havendo mudança, será comunicado previamente pela Administração.

## **8. FISCALIZAÇÃO E RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO**

9.1. A fiscalização ficará sob a responsabilidade do Chefe de Compras, Natanailson Viera de Jesus Sobral.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Cumprir fielmente as condições estabelecidas neste termo de referência.

10.2. Proporcionar a vencedora condições para o fornecimento do objeto, conforme estabelecido neste termo.

10.3. Efetuar o pagamento mediante condições citadas neste termo e dar condições para a vencedora executar o objeto contratado a contento.

10.4. Fiscalizar e conferir a entrega do objeto e em caso de descumprimento, aplicar as penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

## **11. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA**

11.1. A Vencedora deverá garantir a execução do objeto em sua integridade, estabelecido neste termo, assumindo todo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações pactuadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados a Prefeitura Municipal de Sandovalina ou a terceiros na execução das contratações decorrentes deste instrumento.

11.2. A Prefeitura Municipal de Sandovalina não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução termo de ajuste que dela decorrerem, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Vencedora.

11.3. A Prefeitura Municipal de Sandovalina não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.4. Pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento e em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Vencedora ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021.



11.5. Durante a vigência do termo de ajuste, é vedado a Vencedora contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Licitante ou Contratado que:

12.1.2. dar causa à inexecução parcial do objeto;

12.1.3. dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.4. dar causa à inexecução total do objeto;

12.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.6. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.7. não der cumprimento ao objeto ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.8. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.10. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.11. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. A recusa da adjudicatária em assinar o termo de ajuste, ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste termo.

12.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.3.1. advertência;

12.3.2. multa;

12.3.3. impedimento de licitar e contratar e;

12.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4.6. a situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste termo, observará os seguintes parâmetros:

12.5.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou na execução de serviços, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou do instrumento equivalente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal.

12.5.2. Para o cômputo da multa de mora, será considerado o primeiro dia útil subsequente ao término do prazo para cumprimento da obrigação, considerando a data de envio da Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

12.6. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

12.7. A multa compensatória será calculada em valor não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da adjudicação ou autorização de fornecimento ou contrato, conforme o caso, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas neste termo.

12.6. Na aplicação da multa compensatória serão consideradas as circunstâncias neste termo e observar-se-á os seguintes percentuais:

12.6.1. De 0,5 (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação, em caso de retardamento do procedimento de contratação por descumprimento de preceito normativo ou de obrigações assumidas, destacadamente por:

f) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;

g) não manter a proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente justificado;

h) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante

ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

- i) tumultuar a sessão pública da licitação;
- j) propor recursos manifestamente protelatórios

12.6.2. De 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do ajuste quando não celebrada ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.6.3. De 10% (dez por cento) a 15% (vinte por cento) do valor do ajuste quando, após a assinatura, der causa a inexecução parcial, destacadamente por:

- k) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo de vigência;
- l) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- m) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- n) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
- o) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto;
- p) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- q) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- r) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- s) entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade vencedoras ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o torne impróprio para o fim a que se destina.
- t) subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido neste termo de referência, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

12.6.4. De 20 (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do ajuste ou do valor estimado para a licitação, a depender do caso, quando o infrator:

- g) der causa a inexecução total do termo de ajuste;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.7. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.8. A multa será recolhida conforme percentuais e condições estabelecidas na legislação vigente, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação.

12.9 O valor da multa aplicada, inclusive multa de mora, será:

12.9.1. retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

12.9.2. descontado do valor da garantia prestada;

12.9.3. inscrito em dívida ativa e cobrado judicialmente.

12.9.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.9.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens deste termo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações previstas neste termo, bem como pelas infrações administrativas previstas neste previstas, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo de no mínimo 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.9.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.9.9. A aplicação das sanções se dará por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa e obedecerá às disposições dos arts. 155 e ss. da Lei nº 14.133/21.

12.9.10. O licitante e o contratado sujeitar-se-ão ainda as penalidades previstas no Capítulo II-B Dos Crimes Em Licitações e Contratos Administrativos, do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal).

### **13. CAPACIDADE TÉCNICA**

13.1. Nos termos dos art. 67 e da Lei Federal nº 14.133/2021 e do §3º do art. 88, a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita à:

13.1.1. **Prova de registro** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CREA/CAU (pessoa física), do responsável técnico (conforme discriminação das atividades profissionais determinadas através da resolução nº 218 de 29/06/1973 – CONFEA, ou pela resolução nº 21 de 05/04/2012 - CAU) indicado pela proponente na alínea “a” ou, conforme o caso, Conselho Federal dos Técnicos Industriais CFT/CRTs pela Lei nº 13.639/20218 e Resolução nº 255/2024 com suas posteriores alterações.

13.1.2. O profissional indicado deverá participar e responsabilizar-se pelo objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional detentor do registro equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração, assim como a indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; e,

13.1.3. A comprovação de vínculo com a proponente do profissional técnico exigido na alínea acima deve ser feita através de ficha de registro de funcionário ou contrato social ou contrato de prestação de serviços.

#### **13.2. Visita Técnica e seu Atestado.**

13.2.1. A visita técnica é facultativa, no entanto, haverá visita técnica aos interessados, com agendamento prévio, durante o horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Sandovalina - SP, até anterior a abertura do certame, em horário de expediente normal.

13.2.2. A visita será realizada pelo engenheiro/arquiteto ou responsável legal da empresa, não sendo admitida qualquer outra pessoa credenciada.

13.2.3. Dispensada de Vistoria Técnica para o certame, declarará o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação **(ANEXO VII)**.

13.3. Não será agendada visita em hipótese alguma após a data limite e não será aceita na data da licitação.

Paço Municipal, Sandovalina, em 14 de maio de 2024.

**Marcos Mendes da Silva**  
**Prefeito Municipal**

## ANEXO II

### MINUTA DE CREDENCIAMENTO (em papel timbrado da empresa)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 23/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, PAINÉIS DE LED, PALCO, TENDAS, GRADIS, FECHAMENTOS E BANHEIROS QUÍMICOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES NOS EVENTOS E FESTIVIDADES PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE SANDOVALINA – SP NOS PRÓXIMOS DOZE (12) MESES.

A (nome do licitante), por seu representante legal (doc. Anexo), inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, credencia como seu representante o Sr. (Nome e qualificação), para participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para a formulação de propostas, ofertar lances, fazer e assinar declarações, interpor recursos e desistir de interpor recursos e a prática de todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão única de julgamento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e Data.

(nome do licitante e representante legal)

### ANEXO III

#### MINUTA DE DECLARAÇÃO DE EPP/ME (em papel timbrado da empresa)

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ -  
(bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J.  
sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato  
representado por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_ –  
Pregão Eletrônico nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_, sob as penas da Lei, que a sobredita empresa se enquadra  
perfeitamente nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro  
de 2006, estando apta, portando, a exercer o direito de preferência como critério de desempate  
no procedimento licitatório, conforme disposição contida no presente Edital.

DECLARO, igualmente, que a empresa não está enquadrada em qualquer  
impedimento previsto no artigo 3º, parágrafo 4º, da LC nº. 123/06.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de  
direito.

*Local e Data*

Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador

#### **ANEXO IV**

#### **MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** **(em papel timbrado da empresa)**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, PAINÉIS DE LED, PALCO, TENDAS, GRADIS, FECHAMENTOS E BANHEIROS QUÍMICOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES NOS EVENTOS E FESTIVIDADES PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE SANDOVALINA – SP NOS PRÓXIMOS DOZE (12) MESES.

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ -  
(bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_,  
portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº  
\_\_\_\_\_, DECLARA, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação  
e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

Local e data.

(Representante legal)



**ANEXO V**  
**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO ART. 7, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**  
**(em papel timbrado da empresa)**

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ -  
(bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_,  
DECLARA para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021,  
que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não  
emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na  
condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal,

DECLARA, ainda, ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo,  
do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser  
celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Local e data.

Nome e número da identidade do declarante  
(representante legal da empresa)

**ANEXO VI**  
**MINUTA DE DECLARAÇÃO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE**  
**PREÇOS/CONTRATO**  
**(em papel timbrado da empresa)**

A empresa (\_\_\_\_\_), Inscrição no CNPJ nº (\_\_\_\_\_), com sede na Rua/Av. (\_\_\_\_\_), nº (\_\_\_\_) – bairro (\_\_\_\_), na cidade de (\_\_\_\_) – (UF), por intermédio do seu representante ou procurador, Senhor (a) (\_\_\_\_), Carteira de Identidade RG nº (\_\_\_\_)-SSP/UF, interessada em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, da Prefeitura ou Município de Sandovalina – SP, DECLARA, os dados do responsável pela assinatura do contrato, para preenchimento junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme abaixo descrito:

Nome: (-----)

Cargo: (-----)

CPF: (-----) RG: (-----)

Data de Nascimento: (-----)

Endereço Residencial Completo: (-----)

E-mail institucional: (-----)

E-mail Pessoal: (-----)

Telefone Institucional: (-----)

Telefone Pessoal: (-----) Telefone Celular: (-----)

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal

## ANEXO VII

### MINUTA DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EM SUBSTITUIÇÃO A DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

A empresa, \_\_\_\_\_ CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Srº (a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ declara, não ser relevante a realização de VISITA TÉCNICA ao local no qual serão prestados os serviços constantes no objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2024.

Por fim, informo que foram fornecidas todas as informações das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e destacando ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos assumimos total responsabilidade por este fato e informamos que não utilizaremos quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras.

Convictos de que a Visita não será relevante na elaboração da proposta de preços, firmamos.

(Loca e Data)

---

Representante Legal

**ANEXO VIII**  
**MINUTA DE DECLARAÇÃO RELATIVA À PROPOSTA ECONÔMICA, EM CONFORMIDADE COM ART. 63 §**  
**1º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21**  
**(em papel timbrado da empresa)**

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ -  
(bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o (a) Srº. (ª)  
\_\_\_\_\_, DECLARA para fins do disposto no § 1º do art. 63 da Lei nº 14.133  
de 01 de abril de 2021, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos  
para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis  
trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de  
ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

DECLARA, ainda, ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo,  
do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser  
celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Local e data.

Nome e número da identidade do declarante  
(representante legal da empresa)

**ANEXO IX**  
**MINUTA DE DECLARAÇÃO RELATIVA À RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, EM**  
**CONFORMIDADE COM ART. 63, INCISO IV DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21**  
**(em papel timbrado da empresa)**

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ -  
(bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o (a) Srº. (ª)  
\_\_\_\_\_, DECLARA para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei nº  
14.133 de 01 de abril de 2021, de que sua proposta econômica compreende a integralidade  
dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal,  
nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos  
de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. de que cumpre as  
exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência  
Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

DECLARA, ainda, ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo,  
do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser  
celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Local e data.

Nome e número da identidade do declarante  
(representante legal da empresa)

**ANEXO X**  
**(SOMENTE PARA CONHECIMENTO DO PROPONENTE)**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 00/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2024**

**ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANDOVALINA**

**DETENTORA DA ATA:** \_\_\_\_\_

**OBJETO: O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, PAINÉIS DE LED, PALCO, TENDAS, GRADIS, FECHAMENTOS E BANHEIROS QUÍMICOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES NOS EVENTOS E FESTIVIDADES PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE SANDOVALINA – SP.**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2024, de um lado O MUNICÍPIO DE SANDOVALINA, CNPJ nº. 44.872.778/0001-66, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Prefeito João Borges Frias, nº. 435, Centro – na cidade de Sandovalina – Estado de São Paulo, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, a Senhora MARCOS MENDES DA SILVA, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade, RG. Nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliada na Rua (Av.) (logradouro), doravante denominada simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua (Av.) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob. nº. XXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por seu (sua) representante ou Responsável Legal, Senhor (a) XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro (a), (estado civil), (profissão/função), portador da Cédula de Identidade, RG. Nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua (Av.) (logradouro) doravante denominada simplesmente **DETENTORA DA ATA**, atêm entre si justo e acertado este instrumento contratual, de acordo com o que consta do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2024**, relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2024**, do tipo, **MENOR PREÇO DO ITEM**, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002, e pelos termos da proposta comercial apresentada pela **DETENTORA DA ATA** juntada nos autos do presente procedimento, e demais normas regulamentares aplicadas à espécie ao presente procedimento, na conformidade das cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. Esta Ata tem por objetivo o Registro de Preços para Locação de Equipamentos de Sonorização, Painéis de LED, Palco, Tendas, Gradis, Fechamentos e Banheiros Químicos para Suprir as Necessidades nos Eventos e Festividades Promovidos pelo Município de Sandovalina – SP, conforme especificações constantes no ANEXO I (Termo de Referência).

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Para cobertura das despesas deste Contrato, será onerado a dotação seguinte orçamentária:

02. PREFEITURA MUNICIPAL

02.01. CHEFIA DO EXECUTIVO

02.01.01. GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.39.23.00.00. FESTIVIDADES E HOMENAGENS

1. TESOURO

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS**

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns)/ serviços ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE XX					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
-	-	-	-	-	-
VALOR GLOBAL DO LOTE XX				-	-

2.2. O valor total dos preços registrados neste instrumento é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_).

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA**

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, desde que haja concordância das partes e seja observado o disposto do art. 107 da Lei 14.133/2.021, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município de Sandovalina.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

## **CLÁUSULA QUARTA - COMPROMISSO**

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

5.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos da regulamentação municipal vigente.

5.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial [www.sandovalina.sp.gov.br](http://www.sandovalina.sp.gov.br).

5.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.2.2 O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR**

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

- 6.1.1. for liberado;
- 6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- 6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3. O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- 7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;
- 7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- 7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
- 7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.



7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da regulamentação municipal.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO**

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no sistema de almoxarifado e publicação do resumo no Diário Oficial do Município [www.sandovalina.sp.gov.br](http://www.sandovalina.sp.gov.br).

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. Manter durante toda a vigência da Ata/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.4. Manter atualizado seu cadastro no Sistema de Registro Cadastral, se houver, durante a vigência da presente ata.

9.1.4.1. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.5. Cumprir com o objeto conforme especificações constantes no Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços apresentada, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.1.6. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades nos eventos.

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.8. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência, motivos que impossibilitem a execução do serviço, com a devida comprovação;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.11. Executar os serviços contratados com esmero e dentro da melhor técnica, responsabilizando-se por quaisquer erros, falhas ou imperfeições que porventura decorram de imprudência, negligência e imperícia;

9.1.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.13. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.16. Responsabilizar-se por todas as despesas referentes ao objeto deste contrato: disponibilização no local e quantidades indicadas dos objetos adjudicados, mão de obra, locomoção, seguro de acidente, impostos federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, e quaisquer outras que forem devidas, relativamente à execução do objeto contratado.

9.1.17. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

9.1.18. Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, imprudência, negligência, imperícia ou irregularidade cometida na prestação dos serviços.

9.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.21. A Empresa contratada para execução dos serviços se obriga a respeitar, rigorosamente, durante o período de vigência deste Contrato as normas de higiene e segurança, por cujos encargos responderá unilateralmente, devendo também observar os requisitos de qualidade, determinados pela Administração Municipal.

9.1.22. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela qualidade de todos os materiais contratados bem como pela boa execução e eficiência dos serviços que deverão ser desenvolvidos. Esta responsabilidade deve estender-se ao fornecimento de todos os materiais, mão de obra, ferramentas, equipamentos, e ainda, ao cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços causados ao Município ou a terceiros.

9.1.23. Comprometer-se em realizar a limpeza e eventuais reparos necessários dos locais de instalação de elementos, após a sua remoção, em condições iguais.

9.1.24. Todos os materiais devem estar suficientemente preparados para suportar todo o período do evento e condições climáticas.

9.1.25. A contratada deverá transportar e montar as estruturas no local indicado pela Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer, ou a outro órgão demandante da Administração, e após o evento desmontá-las.

9.1.26. Todas as estruturas deverão ser montadas pela contratada em até 72 (setenta e duas) horas antes do evento, conforme necessidade da secretaria demandante, sem nenhum custo adicional;

9.1.27. Todas as estruturas deverão ser desmontadas e recolhidas pela contratada em até 24 (vinte e quatro) horas após o término do evento se for evento em praça ou em até 8 (oito) horas se o evento for em rua;

9.1.28. Todos os custos relacionados a montagem, desmontagem, alimentação, deslocamento, transporte, hospedagem, testes de som/funcionamento dos equipamentos, entre outros gastos da empresa contratada serão de responsabilidade da contratada, e devem estar incluídos na proposta apresentada, pois não serão admitidos custos adicionais após assinatura da Ata de Registro de preços;

9.1.29. A contratada deverá apresentar registro atualizado do responsável técnico (CREA), ou outro conselho profissional competente ART quitada e Laudo Técnico.

9.1.30. A FISCALIZAÇÃO terá direito de inspecionar e verificar a qualquer tempo o andamento dos materiais e dos serviços e, para isso, terá livre acesso ao local onde as atividades serão desenvolvidas.

9.1.31. Constatada qualquer irregularidade na prestação dos serviços, a empresa vencedora obrigará-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir às suas expensas no total ou em parte, o objeto da presente licitação que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes do evento, sob de sujeitar-se à aplicação de multas sobre o total da proposta e as sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor.

9.1.32. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.33. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.34. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.35. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.36. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.37. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

9.1.38. A CONTRATADA deverá atender à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitados da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

9.1.39. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) da nota de empenho/contrato.

9.1.40. Para recebimento do pagamento referente à prestação dos serviços realizados, a Empresa vencedora deverá emitir a nota fiscal correspondente.

9.1.41. É vedada a subcontratação total ou parcial, sem autorização expressa da Contratante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

10.1. O acompanhamento e fiscalização da execução do objeto licitado serão realizados por, no mínimo, um servidor indicado por cada Secretaria participante desta licitação, o qual, na qualidade de FISCAL, ficará responsável, não só pelo acompanhamento, controle e verificação de sua execução, como também pela liberação da documentação fiscal, conforme IN nº 001/2019 e demais legislações aplicáveis.

10.2. O Fiscal verificará, igualmente, o cumprimento dos termos contidos no presente instrumento, solicitando correção, quando não atendidos os termos do que foi previsto e

contratado, sem que assista à CONTRATADA qualquer indenização pelos custos daí decorrentes;

10.3. Qualquer fiscalização exercida pelo CONTRATANTE, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela fiscalização e perfeita execução do Contrato.

10.4. O Fiscal acompanhará e supervisionará o desenvolvimento dos serviços prestados pela empresa vencedora durante o período que vigorar o Contrato;

10.5. O Fiscal observará o cumprimento de horários e prazos no que tange ao planejamento, execução e avaliação dos serviços;

10.6. O Fiscal exigirá da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;

10.7. O Fiscal sustará o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento.

10.8. O Fiscal transmitirá ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.

10.9. O Fiscal poderá solicitar a abertura de Processo Administrativo Especial, nos termos deste instrumento, à empresa vencedora que descumprir as obrigações assumidas.

10.10. No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmo julgados necessários.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

11. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

11.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

11.2. emitir a solicitação e a ordem de compra no sistema da Administração, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

11.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

11.4. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

11.6 providenciar as publicações no sítio eletrônico [www.sandovalina.sp.gov.br](http://www.sandovalina.sp.gov.br).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES**

12.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade do Município de Sandovalina que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto na regulamentação municipal vigente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CADASTRO DE RESERVA**

13.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no Art. 82, VII da Lei 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pirapozinho – SP.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE**

15.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município no sítio oficial [www.sandovalina.sp.gov.br](http://www.sandovalina.sp.gov.br).

Paço de Municipal de Sandovalina – SP, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

**MUNICÍPIO DE SANDOVALINA**  
**ÓRGÃO GERENCIADOR**

**EMPRESA**  
**DETENTORA DA ATA**

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

## ANEXO XI – MINUTA CONTRATO

**CONTRATO Nº .....,**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº .....,**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº .....**

### **II INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SANDOVALINA – ESTADO DE SÃO PAULO E .....**

O Município de Sandovalina - SP, neste ato representado pelo Senhor Marcos Mendes da Silva, Prefeito Municipal, a seguir denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Estado, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm justo e contratado, o que adiante segue, mediante as seguintes cláusulas e condições e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº.09/2024 e seus anexos, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II) 1.1.**

1.1. O objeto do presente instrumento é o Registro de Preços para locação de palcos para eventos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, que acompanhou o edital, conforme itens constantes na tabela abaixo.

LOTE XX					
ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
-	-	-	-	-	-
VALOR GLOBAL DO LOTE XX				-	-

1.2. A quantidade de horas/diárias a executar será de acordo com a Ordem de Serviço emitida pela Secretaria demandante, assinada exclusivamente pelo secretário da pasta, levando-se em conta os critérios previstos na Ata de Registro de Preços nº xx, oriunda do Pregão Eletrônico nº 09/2024, vedado qualquer vantagem ou contagem de horas fictas fora da execução dos horários necessários para realização do evento.

1.2.1. As informações constantes na ordem de serviço em relação à quantidade de horas/diárias são de inteira responsabilidade da Secretaria demandante, inclusive em relação aos quantitativos e horários de execução.

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação e eventuais anexos;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado e eventuais anexos.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

2.1. O contrato terá vigência de ....., contados a partir da assinatura do contrato pelo Prefeito Municipal, na forma do artigo nº 105, da Lei 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. É vedada a subcontratação total ou parcial, sem autorização expressa da Contratante.

## **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

### **5.1. PREÇO**

5.1.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços prestados, conforme descrito na cláusula primeira, o valor total da contratação é de R\$ ..... (.....)

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **5.2. FORMA DE PAGAMENTO**

5.2.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

### **5.3. PRAZO DE PAGAMENTO**

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da nota fiscal ou fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.



## **5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar o contratado para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta no registro cadastral, se houver, para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como eventuais ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se, junto ao registro cadastral, se houver, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao registro cadastral.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

## **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO**

6.1. O valor do presente Contrato poderá ser reajustado anualmente pelo IPCA-e, correspondente ao período imediatamente anterior ao da assinatura do presente termo, ou por índice oficial a ser estabelecido pelo Governo Federal que o venha a substituir.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

7.1. São obrigações do contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico;

7.1.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

- 7.1.8. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 7.1.9. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- 7.1.10. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
- 7.1.11. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 7.1.12. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 7.1.13. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 7.1.14. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;
- 7.1.15. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 7.1.16. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.1.17. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 7.1.18. Comunicar o contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
- 7.1.19. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 8.1. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e no edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato, caso necessário.
- 8.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021); 8.4. Manter atualizado seu cadastro no Sistema de Registro Cadastral, se houver, durante a vigência do presente contrato.

8.4.1. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.5. Cumprir com o objeto conforme especificações constantes no Termo de Referência, e em consonância com a proposta de preços apresentada, bem como com a Ata de Registro de Preços assinada, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

8.6. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades.

8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.8. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência, motivos que impossibilitem a execução do serviço, com a devida comprovação;

8.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.10. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.11. Executar os serviços contratados com esmero e dentro da melhor técnica, responsabilizando-se por quaisquer erros, falhas ou imperfeições que porventura decorram de imprudência, negligência e imperícia.

8.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.13. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Responsabilizar-se por todas as despesas referentes ao objeto deste contrato: disponibilização no local e quantidades indicadas dos objetos adjudicados, mão de obra, locomoção, seguro de acidente, impostos federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, e quaisquer outras que forem devidas, relativamente à execução do objeto contratado.

8.17. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

8.18. Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, imprudência, negligência, imperícia ou irregularidade cometida na prestação dos serviços.

8.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.21. A Empresa contratada para execução dos serviços se obriga a respeitar, rigorosamente, durante o período de vigência deste Contrato as normas de higiene e segurança, por cujos encargos responderá unilateralmente, devendo também observar os requisitos de qualidade, determinados pela Administração Municipal.

8.22. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela qualidade de todos os materiais contratados bem como pela boa execução e eficiência dos serviços que deverão ser desenvolvidos. Esta responsabilidade deve estender-se ao fornecimento de todos os materiais, mão de obra, ferramentas, equipamentos, e ainda, ao cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços causados ao Município ou a terceiros.

8.23. Comprometer-se em realizar a limpeza e eventuais reparos necessários dos locais de instalação de elementos, após a sua remoção, em condições iguais.

8.24. Todos os materiais devem estar suficientemente preparados para suportar todo o período do evento e condições climáticas.

8.25. A contratada deverá transportar e montar as estruturas no local indicado pela Secretaria de Turismo e Cultura, e após o evento desmontá-las.

8.26. Todas as estruturas deverão ser montadas pela contratada em até 72h antes do evento, conforme necessidade da secretaria demandante, sem nenhum custo adicional;

8.27. Todas as estruturas deverão ser desmontadas e recolhidas pela contratada em até 24h após o término do evento se for evento em praça ou em até 08h se o evento for em rua;

8.28. Todos os custos relacionados a montagem, desmontagem, alimentação, deslocamento, transporte, hospedagem, testes de som/funcionamento dos equipamentos, entre outros gastos da empresa contratada serão de responsabilidade da contratada, e devem estar incluídos na proposta apresentada, pois não serão admitidos custos adicionais após assinatura da Ata de Registro de preços;

8.29. A contratada deverá apresentar registro atualizado do responsável técnico (CREA/CAU ou outro), ART quitada e Laudo Técnico.

8.30. A FISCALIZAÇÃO terá direito de inspecionar e verificar a qualquer tempo o andamento dos materiais e dos serviços e, para isso, terá livre acesso ao local onde as atividades serão desenvolvidas.

8.31. Constatada qualquer irregularidade na prestação dos serviços, a empresa vencedora obrigará-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir às suas expensas no total ou em parte, o objeto da presente licitação que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de cinco dias, sob de sujeitar-se à aplicação de multas sobre o total da proposta e as sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor.

8.32. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.33. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.34. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

8.35. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante, salvo na hipótese do § 2º, do art. 121, da Lei n.º 14.133/2021;

8.36. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.37. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações

judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

8.38. A CONTRATADA deverá atender à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitados da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

8.39. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) da nota de empenho/contrato.

8.40. Para recebimento do pagamento referente à prestação dos serviços realizados, a Empresa vencedora deverá emitir a nota fiscal correspondente.

8.41. É vedada a subcontratação total ou parcial, sem autorização expressa da Contratante.

8.42. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.43. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.44. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.45. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.46. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.47. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

8.48. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

8.49. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.50. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

8.51. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação

8.52. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

## **9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



9.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual de eventual contrato firmado.

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.6.

10.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.7, observada a legislação que rege a matéria.

10.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica indicada pelo CONTRATANTE, com correção monetária.

10.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia

autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.15. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.16. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.20. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
  - ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
  - iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- IV) Multa: – administrativas, após regular processo administrativo:

- a) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato;
- b) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 5% (cinco por cento) sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato;
- c) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo sobre o valor do produto e/ou da proposta global de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) conforme o caso e as razões;
- d) Recusa do adjudicatário em assinar o contrato, a Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação sem justo motivo, aplica-se as penas o disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/21 e multa de 5% (cinco por cento);
- e) Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante (art. 156, §9º).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.8. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

11.9. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

12.8. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

12.9. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

12.10. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

12.10.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

12.10.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.11. O contratante poderá ainda:

12.11.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

12.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

12.11.3. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. O recurso necessário ao cumprimento do presente PREGÃO ELETRÔNICO correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

02. PREFEITURA MUNICIPAL

02.01. CHEFIA DO EXECUTIVO

02.01.01. GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.39.23.00.00. FESTIVIDADES E HOMENAGENS

1. TESOURO

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

14.1. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato serão realizados pelo servidor \_\_\_\_\_, matrícula \_\_\_\_\_, o qual, na qualidade de FISCAL do contrato, ficará responsável, não só pelo acompanhamento, controle e verificação de sua execução, como também pela liberação da documentação fiscal e trabalhista, conforme IN nº 001/2019.

14.2. O FISCAL verificará, igualmente, o cumprimento dos termos contidos no contrato, solicitando correção, quando não atendidos os termos do que foi previsto e contratado, sem que assista à contratada qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

14.3. Qualquer fiscalização exercida pelo Município, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela fiscalização e perfeita execução do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet Diário Oficial do Município [www.sandovalina.sp.gov.br](http://www.sandovalina.sp.gov.br).

**CLÁUSULA DÉCIMA ÓTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Pirapozinho Estado de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Município de Sandovalina – SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Prefeito Municipal  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Contratada

Testemunhas: \_\_\_\_\_